

NACIONAL + pag / 5

**A RESOLUÇÃO ELEITORAL DO PSOL
É DE CAPITULAÇÃO AO PT E LULA**

NOTAS OPERÁRIAS + pag / 4

*Com traição da direção da FUP e poucas conquistas”,
a maior greve dos petroleiros desde 1995 é enterrada*



A BRUTAL OFENSIVA COLONIALISTA NORTE-AMERICANA CONDICIONARÁ O FIM DO MANDATO DE LULA E A DISPUTA INTER-BURGUESA

EDITORIAL pag / 2 + 3

INTERNACIONAL

EDITORIAL

*O ataque dos EUA contra a Venezuela
enterrou a legalidade e direitos burgueses
e empurra o imperialismo à guerra mundial*

+ pag / 14 + 15

INTERNACIONAL

+ pag / 20

**APÓS A VENEZUELA,
IRÃ É ALVO DAS
AMEAÇAS DOS EUA**

PARTIDO

+ pag / 10

*3 anos da expulsão da
Fração Guillermo Lora
da Conferência do POR*

HISTÓRICAS

01/01/1959

**Revolução
Cubana**

+ pag / 12

MOVIMENTOS

**Realizados os atos em DEFESA
DA VENEZUELA e contra a
invasão imperialista na América
Latina no litoral paulista**

+ pag / 7

PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina!

UCRÂNIA

Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

A brutal ofensiva colonialista norte-americana condicionará o fim do mandato de Lula e a disputa inter-burguesa

As violentas mudanças na situação política mundial, que levam a um recrudescimento das tendências bélicas e agravamento da opressão nacional, após invasão norte-americana na Venezuela e sequestro de Nicolás Maduro e Cilia Flores, exigiram um posicionamento do governo brasileiro, que não poderia ser outro, senão de afirmação do seu papel de submissão ao imperialismo disfarçado de defesa da soberania nacional das semicolônias latino-americanas. Apesar de condenar a invasão a Venezuela como uma flagrante violação do direito internacional, se colocou à disposição para contribuir pela via do diálogo e da cooperação, ou seja, como um conciliador entre o país agressor e a nação agredida, enquanto deveria unir forças políticas com os países que condenaram o ataque norte-americano na América Latina para responder à altura da truculência de Trump, exigindo a imediata libertação de Nicolás Maduro e congelando as relações diplomáticas e os acordos comerciais até EUA libertar o presidente sequestrado, demonstrou que assim como fez com o genocídio palestino, o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin nunca passará da retórica vazia para as medidas concretas.

Lula, apesar de afirmar que a ofensiva norte-americana ultrapassou uma “linha inaceitável”, classificando-a como uma afronta gravíssima à soberania venezuelana e uma ruptura da Carta da ONU, é incapaz de defender consequentemente à Maduro, já que fez coro com o imperialismo norte-americano na contestação das últimas eleições na Venezuela, não reconhecendo a reeleição de Maduro e, portanto, se somando à cartilha da fraude eleitoral erguida pelo imperialismo e a direita entreguista venezuelana. Também vetou a entrada da Venezuela nos BRICS. Sobre tudo, essa incapacidade de defender de fato a soberania da Venezuela, que passa neste contexto pela necessidade de defesa de seu governo que elegeram as massas contra a opressão imperialista, se dá em função

“

...

[Lula] (...) é incapaz de defender consequentemente a Maduro, já que fez coro com o imperialismo norte-americano na contestação das últimas eleições na Venezuela, não reconhecendo a reeleição de Maduro e, portanto, se somando à cartilha da fraude eleitoral erguida pelo imperialismo e a direita entreguista venezuelana.

do governo brasileiro não querer comprometer as relações bilaterais com os EUA. E por isso, não somará forças com a Colômbia, Cuba e Nicaragua, mas sim já demonstrou que irá se esconder atrás de desculpas esfarrapadas, como a de que o aumento das lideranças de direita na América do Sul está atrapalhando seus planos de criar uma “frente em defesa da soberania” na região. De forma covarde, Lula se justifica por não tomar medidas reais em defesa da soberania venezuelana porque não haveria um consenso amplo entre todos os países na condenação ao ato de guerra dos EUA.

A explícita demonstração de continuidade da política pró-imperialista do governo de frente ampla Lula/Alckmin será acobertada pelas direções políticas e sindicais que trabalham pela reeleição do caudilho petista, como o fazem com sua cumplicidade no genocídio palestino. Mas, sem dúvida farão uma ampla campanha ao redor do intervencionismo imperialista na América Latina como parte da campanha para a disputa eleitoral em 2026. Apresentarão Lula e sua candidatura com o discurso farsesco da “defesa da soberania nacional” e de combate ao fascismo no Brasil. Para isso, o governo petista contará com o apoio das lideranças sindicais petistas e pcdobistas (reformistas

e stalinistas) que controlam os maiores sindicatos e centrais sindicais do país. É provável que a candidatura do petista ganhe uma projeção, produto do intervencionismo norte-americano, sobretudo, pelo desprezo às leis internacionais dos EUA, aliado da direita e ultradireita. Mas, também se fortalecerão as tentativas da consolidação de uma frente ampla entre essas forças para vencer Lula, uma vez que se apresentarão como aliados de Trump. A ausência das autoridades e dos partidos direitistas da base do governo de frente ampla no Congresso, principalmente se tratando de um ato contra os atos de 8 de janeiro de 2023, no qual Lula vetou integralmente o PL da “dosimetria”, indicam que se reforçará a desagregação da base do governo e irá atingir a governabilidade de Lula, permitindo à direita e ultradireita se fortalecer ao se apresentar como única garantia para facilitar os acordos comerciais com Trump e fazer crescer o país.

Outro prognóstico que fazemos é de que as correntes políticas que atuam nestes sindicatos estatizados com uma política revolucionária, classista ou que expresse a posição de independência política do proletariado enfrentarão maior isolamento e ataques caluniosos de que estamos fortalecendo o imperialismo ao não apoiar a reeleição de Lula. Nossa atuação precisa demonstrar que o Brasil comparece como uma “exceção” até o momento, do intervencionismo mais direto dos EUA, justamente porque Lula é um governo pró-imperialista que tem servido aos interesses da burguesia norte-americana no país - são inúmeros os exemplos, dentre eles a reforma administrativa em curso, o arcabouço fiscal, a exploração dos recursos naturais do país a exemplo dos recursos hídricos com a instalação dos data centers - e ter sido apoiado pelas principais frações da burguesia, inclusive norte-americana, além do governo Lula possuir um trunfo político fundamental, que é o controle das direções sindicais que atuam na contenção da luta de classes. No entanto,

→ não se pode descartar a possibilidade do imperialismo norte-americano em sua guerra comercial e intervencionista para expulsar a China do continente, pode chegar a trabalhar abertamente contra Lula visando impor um governo abertamente entreguista e que rejeite outorgar qualquer concessão às massas, por mais mínima e inócua que seja.

Por fim, na análise da situação política nacional, também é preciso considerar uma possível ampliação dos investimentos militares no país em nome do fortalecimento da segurança nacional. Esse é um tema que vem sendo discutido amplamente pela mídia burguesa nos últimos dias, reforçando a defesa de que o orçamento público deve levar em conta o fortalecimento do exército combinado com políticas de segurança nacional mais abrangentes. Sabemos que um reforço militar no país tende a incidir em dois agravantes principais: o desvio de mais recursos sociais para o aparato policial e a maior repressão aos movimentos sociais que se levantarem contra as políticas governa-

mentais de ataque aos assalariados. Também sabemos pela experiência histórica que o exército sempre foi um instrumento da burguesia e serviu ao imperialismo norte-americano para impor seus ditames e interesses. Um reforço militar das Forças Armadas no país não será para enfrentar uma intervenção imperialista, e sim para esmagar os setores das massas e dos sindicatos que se organizem para combater o imperialismo com seus próprios métodos.

Se a intervenção militar na Venezuela e o sequestro de Maduro ensinam algo, é que o imperialismo rasgou o direito e leis internacionais e passou ao uso amplo e decisivo da força militar para impor seus interesses aos países que não se subordinem totalmente a suas ordens. A burguesia brasileira, como toda burguesia semi-colonial, é impotente (e nunca se organizará) para enfrentar as ameaças e medidas imperialistas de ataque à nação oprimida. Tampouco o farão as Forças Armadas que são um braço armado da burguesia e tem servido historicamente como um instrumen-

to ao serviço do imperialismo para esmagar a luta de classes. Somente o proletariado como direção política das amplas massas oprimidas do país poderia erguer um movimento anti-imperialista capaz de derrotar o imperialismo. O problema está em que carece de direção revolucionária, e as direções que estão no controle dos principais sindicatos são traidoras e se subordinam aos interesses da burguesia de diversas formas. E agora de tudo farão para impedir greves, movimentos ou qualquer ação que possa entrar em choque com o governo pelas reivindicações das massas, para servir de curral eleitoral a Lula.

Está colocado para a vanguarda com consciência de classe remar na contracorrente e batalhar contra a embriaguez eleitoral e a instrumentalização das lutas e movimentos para arrastar às massas a subordinarem suas necessidades e métodos de lutas à reeleição de um agente político da burguesia que se mostrou um serviçal do imperialismo para rebaixar as condições de vida das massas e aumentar a opressão nacional. ●

NOTAS OPERÁRIAS

Greve dos trabalhadores da Construtora Porto em Roraima

 Os trabalhadores da Construtora Porto, que presta serviços ao governo de Roraima, iniciaram uma greve no dia 11 de dezembro do ano passado reivindicando o pagamento imediato do salário de novembro/2025 que estava em atraso, a primeira parcela do décimo-terceiro, o pagamento do vale-refeição, férias e cesta básica. A greve se encerrou após 15 dias (em 29 de dezembro) de luta por melhores condições de trabalho e aumento salarial.

A Construtora, conforme a CSP – Conlutas em que o SINTRACOMO (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário de Roraima) é filiado, vem demitindo funcionários e atrasando pagamentos. Ainda conforme o sindicato, a empresa vem demitindo operários, passando de 800 funcionários para apenas 300.

A greve obteve adesão de cerca de um terço dos trabalhadores que são, em sua maioria, imigrantes venezuelanos. Esses trabalhadores lutam para sustentar suas famílias no Brasil e parte destas que permanece na Venezuela enfrentando terríveis condições de vida sob o genocídio bloqueio econômico imperialista.

Em 17 de dezembro, o PPRI esteve no acampamento da greve em frente à Construtora Porto, defendendo o movimento e se colocando ao lado dos trabalhadores diante dos ataques dos governos e dos patrões. Lembramos a eles a greve dos trabalhadores da Petrobrás, e que os movimentos grevistas devem se apoiar na independência de classe, na organização política dos trabalhadores, que têm interesses antagônicos aos seus patrões, estes querem o

lucro enquanto os trabalhadores querem que seu trabalho seja pago, e que esse salário mal serve para pagar as contas, por isso devemos lutar pelo salário mínimo vital de R\$7.106,83, medido pelo DIEESE, que seria suficiente para sustentar uma família de 4 pessoas.

Os trabalhadores reclamaram que o salário que recebem mal dá para pagar as contas básicas, e está muito longe de cobrir suas necessidades mais elementares. Essa é a realidade de classe dos que constroem e são responsáveis pela manutenção das escolas e hospitais no estado de Roraima, são trabalhadores terceirizados em condições precárias de trabalho, muitas vezes sequer recebem o equipamento necessário para desenvolver seu trabalho com segurança.

É por isso que defendemos a importância da ação direta, da greve, como instrumento histórico da luta de classes e real defesa dos trabalhadores diante dos ataques aos salários e direitos. Segundo a CSP-Conlutas, a greve se encerrou com os pagamentos de décimo terceiro salário, pagamento do vale-refeição, transporte, férias e salários atrasados.

Está colocada a necessidade das próximas greves conseguir mobilizar a maioria dos operários, impedindo que aqueles que não se mobilizam possam ajudar a furar a greve ou serem utilizados pelo patronato para enfraquecer a greve. Para isso, é necessário trabalhar para erguer um programa comum de reivindicações e elevar a consciência de classe dos operários. ●

Viva a greve dos operários da Construtora Porto!

Com traição da direção da FUP e poucas “conquistas” efetivas, a maior greve dos petroleiros nos últimos 30 anos é enterrada

A greve deflagrada pelos petroleiros no dia 15 de dezembro de 2025¹ possuía muitas similaridades com a greve de 1995². A categoria buscava um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) reivindicando reajuste salarial e manutenção de direitos. O governo burguês de Lula/Alckmin e a presidente da Petrobrás, Magda Chambriard, negaram manter os direitos dos trabalhadores previstos em ACT e se recusavam a conceder reajuste salarial e isonomia de vales refeição e alimentação aos efetivos e terceirizados. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) utilizou-se da lei antigreve³ (Lei n° 7783/1989) para determinar que 80% da categoria exercesse suas atividades normalmente; a categoria correspondeu, aderindo massivamente à greve, demonstrando sua disposição de luta; em diversas unidades da Petrobrás, a polícia foi acionada para reprimir os atos e piquetes, prendendo grevistas (incluindo o secretário geral do Sindipetro Caxias).

A greve se impôs como necessidade às direções burocratizadas que de tudo fizeram para a abortar pois, além do fracasso nas negociações com a patronal e a disposição de luta das bases, o salário médio anual dos trabalhadores da Petrobrás é um dos mais baixos entre as empresas concorrentes no mercado mundial de petróleo, e o arrocho salarial é intensificado anualmente, devido a política de reajuste salarial irrisória que mal cobre a inflação. Dados de uma pesquisa do ILAESE (Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos) apontam que a média salarial da Petrobrás caiu de US\$98,5 mil ao ano, em 2011, para US\$ 61,9 mil, em 2021, valores muito abaixo das médias salariais das petrolíferas Equinor (-67%) da Noruega, da britânica BP (-60%), da

italiana Eni (-40%), Repsol (-30%) da Espanha, e da chinesa Cnooc (-14%). Essas condições impuseram a greve às direções governistas. Ainda, essa pesquisa aponta que apenas 5,66% da arrecadação da Petrobrás é direcionada ao pagamento de salários e benefícios aos trabalhadores. Enquanto isso, a empresa é uma das maiores pagadoras de dividendos do mundo, distribuindo os gigantescos lucros da empresa mista (público-privada) entre os acionistas. Entre 2019 e 2024, foram pagos mais de R\$504 bilhões, e o seu “Plano Estratégico” (PE) para 2025–2029 promete pagar cerca de mais de R\$330 bilhões aos detentores de suas ações na bolsa de valores. Destaca-se que, segundo dados da própria Petrobrás, cerca de 45% das ações estão nas mãos de estrangeiros, que possuem uma fatia majoritária do capital total e das ações preferenciais, ou seja, a burguesia nacional é sócia minoritária da burguesia imperialista. Ou seja, mostraram que é capital estrangeiro quem dita as condições em que se produz e os salários dos operários, visando aumentar seus lucros à custa do agravamento da opressão social e nacional.

Um problema para a greve foi que apesar da disposição de luta dos trabalhadores, e de reivindicações que unificavam os petroleiros efetivos e terceirizados, apenas os sindicatos (os “Sindipetro”) e as federações que representam os efetivos foram consequentes e convocaram as bases, apresentando a proposta de greve por tempo indeterminado. O divisionismo entre direções e sindicatos de efetivos e terceirizados demonstrou ser um bloqueio objetivo para impor uma derrota completa ao patronato.

A greve de 16 dias foi a maior desde 1995, em termos de tempo e adesão. Apesar da direção da FUP (Federação Única dos Petroleiros) ser dirigida pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tiveram que se chocar com o governo petista de Lula, ainda que tenham mascarado esse choque, culpabilizando o setor de recursos humanos e a presidente da Petrobrás pelo fracasso nas negociações do ACT, fórmula parecida da FNP

(Federação Nacional dos Petroleiros), dirigida pelo PSTU. No início da mobilização, ambas federações propagandearam a greve e defenderam fazer uma grande luta para conquistar todas as reivindicações, contudo, bastou uma proposta de migalhas do governo federal para que a FUP aprovasse o indicativo de aceitar, e pressionasse os sindicatos filiados a aceitarem o acordo coletivo e, assim, enterrar a greve em 22 de dezembro, largando uma parte considerável dos petroleiros ainda em greve por mais 08 dias, rompendo de forma criminosa a unidade da categoria. Houve sindicatos ligado à FUP que foram “dissidentes” (assim chamados pela FNP), como o Sindipetro Ceará/Piauí, Sindipetro Minas Gerais e o Sindipetro Caxias, que acompanharam a base da FNP e rejeitaram a proposta patronal.

Para as duas federações, a greve foi “vitoriosa”, contudo, quando se compara os termos do ACT assinado com as reivindicações que levaram aos assalariados a votarem nas assembleias pela greve, se percebe que pouco foi alcançado; por exemplo, no lugar do reajuste de IPCA+5,1% reivindicados, o aprovado traz um ganho real de apenas 0,5%, e nada foi conquistado para os terceirizados; não foi contido a distribuição de gastos administrativos da AMS (Plano Assistência Multidisciplinar de Saúde); não foi garantida a isonomia salarial e de direitos entre a Petrobrás e suas subsidiárias, entre outras. Assim, uma greve nacional de operários e demais assalariados, com ampla adesão e que poderia ter arrancado ainda mais, mas que é enterrada por uma direção que aceita migalhas, não pode ser considerada “vitoriosa” para o conjunto dos trabalhadores.

O papel traidor da FUP, que têm cerca de 80% dos petroleiros como base, deixando apenas 20% dos petroleiros (base da FNP) e três outros sindicatos (Sindipetro CE/PI, MG e Caxias) em greve por tempo indeterminado, significou romper a unidade dos trabalhadores e retirar a força da ação direta, redistribuindo a correlação de forças à favor do patrão.

1. “Sindipetro-LP e SINTRICOM realizam “tranco” nas unidades da Petrobras por novo ACT e isonomia de vale-alimentação” – Página 35 do jornal O Internacionalista n° 34 (dezembro de 2025)
2. “30 anos da greve com ocupação dos petroleiros contra FHC” – Página 30 do jornal O Internacionalista n° 34 (dezembro de 2025)
3. Lei n° 7783/1989, que “dispõe sobre o exercício do direito de greve (...)”

→ Esta greve evidenciou a necessidade da unidade dos trabalhadores, não como desejo abstrato, mas como base social objetiva e material para enfrentamento à burguesia, ao governo, à justiça burguesa, etc. A criação da FNP pelos morenistas, em 2006, ainda que à esquerda dos reformistas, mostrou-se como um obstáculo para essa unidade, portanto, obstáculo à luta de classes. Se essa vanguarda não tivesse rompido oportunisticamente com a FUP, poderia ter dado uma luta ao interior da maior concentração dos operários petroleiros filiados contra os reformistas e, talvez, conquistar uma força social mais ampla para evitar as traições dos governistas. Para Trotsky, *“É indubitável que a unidade da classe obreira só pode realizar-se sobre bases revolucionárias. A política de frente única é um dos meios para libertar os operários da influência reformista e inclusive, em última*

*instância, de avançar para a genuína unidade da classe operária”*⁴. A ruptura aparelhista do PSTU e a criação de um aparelho sindical aos serviço da política centrista (CSP-Conlutas) comparece em meio à greve dos petroleiros como um enfraquecimento das tendências classistas contra as direções direitistas burocratizadas e que, em última instância, favorecem os patrões.

Esta greve também foi marcada pelo fortalecimento das ilusões nas negociações e na justiça burguesa, ou seja, as direções desarmaram parcialmente os assalariados do método próprio do proletariado, a ação direta; assim, a greve foi limitada a piquetes e poucos atos, não avançando efetivamente na unidade com os ecetistas que também estavam em movimento paredista, e não avançando para uma maior radi-

4. “A Questão da Unidade Sindical” – Leon Trotsky (março de 1931)

calidade, como as ocupações das refinarias e demais locais de trabalho. Na prática, as direções da FUP e FNP (que chamou de “recuo tático”) rebaixaram as reivindicações dos trabalhadores, seja por uma traição mais aberta, ou porque se mantiveram em minoria e isolados na greve.

Um verdadeiro balanço crítico das direções deve ser feito em assembleia, para que a categoria assimile os erros e acertos desta campanha por ACT. Certamente, ficará evidente que algumas reivindicações devem ser aprofundadas, como a bandeira *“Menos Acionista, Mais ACT”*, colocando em voga a necessidade da completa estatização e reestatização de todo o sistema Petrobrás, sem indenização, sob controle operário. Para a isonomia salarial e direitos, é necessário ampliar a reivindicação para o fim da terceirização com estabilidade a todos os trabalhadores. ●

PSOL e a reeleição de Lula | **Parte I**

NACIONAL

A RESOLUÇÃO ELEITORAL DO PSOL É DE CAPITULAÇÃO AO PT E LULA

 Nos primeiros dias de novembro, o Psol publicou dois textos que determinam sua linha política e objetivos partidários de colocar sua militância ao serviço da reeleição de Lula em 2026. São esses: **1)** a *Resolução Eleitoral* e **2)** o programa *“Compromisso com o Futuro”*. Nesta primeira parte de nossa crítica, focaremos na *Resolução Eleitoral* que apresenta de forma direta (sem a retórica abstrata “socialista” do Programa) o abandono de apresentar uma candidatura própria em favor da reeleição de Lula.

Segundo a *Resolução Eleitoral* (03/12/2025), o objetivo é a *“unidade do campo progressista, desde o primeiro turno, em torno da disputa de Governo que represente o melhor nome para derrotar a extrema-*

direita”. A esse objetivo se deve subordinar a *“projeção ou construção de figuras públicas”* próprias para deputados e senadores – com a ressalva que devem ser *“competitivas”*. Eis como, sem um balanço do governo de Lula/Alckmin, a direção do Psol prepara a completa subordinação do partido ao PT e Lula.

A *“Resolução”* caracteriza ainda como correta a atuação do partido em 2022 visando a derrota eleitoral da extrema-direita, o que também estaria colocado em 2026. Diferentemente de 2022, o Psol renunciou antecipadamente a apresentar uma candidatura própria, restringindo seu objetivo à eleição de deputados e senadores por meio de esforços para ampliar o leque de alianças que permitam superar a *“cláusula de desempenho”* da legislação eleitoral.

Os principais objetivos da campanha eleitoral são: **a)** *“disputar na sociedade uma agenda política em favor do povo”*, **b)** estar *“na linha de frente contra retrocessos”* no Congresso e **c)** na defesa do *“programa que foi aprovado nas urnas em 2022, compondo a base do governo Lula.”* Cabe então ao Psol reconduzir o *“campo progressista ao governo”* e trabalhar pela *“redução da representação da extrema-direita e do centro no parlamento”*. Nesse sentido, se propõe como tarefas **1)** dedicar todos os esforços para a reeleição de Lula e levantar chapas próprias apenas nos estados; **2)** apresentar qual seria o *“arco de alianças”* necessário para cumprir esse objetivo o que deverá ser ratificado pela conferência eleitoral e encaminhado pela Executiva Nacional ou a Direção Nacional; por-

tanto, **3)** estabelecer uma estratégia frentista nas *“prioridades eleitorais”* para superar a cláusula de barreira dos 2,5% dos votos válidos para o Congresso, distribuído em pelo menos 9 estados (com mínimo de 1,5% em cada um). Ligado a esses objetivos, se deve **4)** manter o número de mandatos federais atuais e ampliar os estaduais do Psol.

A *“Resolução”* do Psol parte de uma caracterização oportunista de um amplo setor do reformismo democratizante que rejeita a luta de classe, e que foi elevada a suprassumo da estratégia política. Eis: a contradição fundamental ou principal da etapa se dá no campo da democracia burguesa, e opõe o *“campo progressista”* ao *“campo reacionário”*, ou seja, entre *“democracia x fascismo”* como gritaram a viva-voz todos os continua | →



matismo democrático, Lula representaria a “ala democrática” e “progressista”. O que significa dizer que a luta pela independência de classe do proletariado e demais oprimidos e sua estratégia revolucionária devem ser deixadas de lado, e somente colocadas como “perspectiva” para um futuro distante, sob a justificativa da “acumulação de forças” como a tarefa fundamental desta etapa. Trata-se da readaptação da “teoria dos campos” erguida pelo estalinismo para apoiar as democracias capitalistas contra as ditaduras fascistas, e que significou a completa traição da luta de classes e da projeção dos processos revolucionários. Em última instância, os ditos “socialistas” e “marxistas” do Psol defendem que ainda são possíveis as reformas progressistas no capitalismo quando toda a experiência histórica recente demonstra todo o contrário.

Está aí porque a Resolução Eleitoral do Psol é um instrumento colocado ao serviço da preservação da ditadura de classe da burguesia sobre os explorados e oprimidos. Portanto, à manutenção das relações sociais e políticas que tem servido a burguesia para avançar às contrarreformas, a destruição de direitos, as privatizações, ao parasitismo financeiro etc. É essa política de capitulação ao petismo que provocou rupturas nos partidos que compõem o Psol, como

se verifica no caso da Esquerda Marxista.

Claro que há também os “marxistas” que pretendem justificar essa capitulação e subordinação se acobertando na defesa retórica de uma tática adequada à conjuntura, a exemplo de Valério Arcary. Desde que rompeu com o PSTU pela direita, Arcary se transformou em um dos teóricos do passado “trotskista” que defende que se deve apoiar Lula já desde o primeiro turno em 2026. Vinha militando ostensivamente por essa posição antes mesmo da publicação da *Resolução Eleitoral* do Psol. Arcary (envernizado com retórica “socialista”) já tinha decidido militar abertamente pela capitulação desde setembro. Em nota de OI nº 31¹, mostramos que isso significava “negar a luta pela independência de classe”, adotando a velha tática estalinista de apoiar o “bloco progressista” contra o “bloco reacionário”. Dizíamos ainda que o PT e o Psol “são expressões da política burguesa e aplicam medidas de interesse da classe burguesa a qual servem (...) legislam e governam para a burguesia”. Em nota de 3 de dezembro (mesmo dia da publicação da Resolução Eleitoral do Psol) Arcary afirma que não é objetivo do Psol intervir nas eleições para autoconstrução, e sim da “Frente de Esquerda com o PT”.

1. “*Democratismo burguês desavergonhado de Valério Arcary*”, setembro de 2025.

Há toda uma corrente teórica surgida da decomposição reformista dos partidos centristas que pretende justificar essa capitulação e traição contra os explorados: existe uma nova fase do capitalismo global marcado pela ruptura do “consenso liberal” e avanço da reação fascizante. Assim, estaria posta a defesa da “democracia liberal” contra o avanço do “autoritarismo fascista” para defender os direitos e conquistas quando a revolução “não está colocada” e a “classe trabalhadora” é incapaz de erguer uma política própria. Esses reformistas e centristas democratizantes se negam a aceitar que as massas não avançam na luta de classes porque suas direções atuais as traem e iludem com promessas, porque abandonaram sua estratégia e métodos históricos, afundando no democratismo servil. Ou seja, fazem passar suas próprias traições, capitulações e degenerescência como de responsabilidade das massas.

As massas oprimidas participam nas eleições burguesas ou bem com indivíduos submetidos à dominação ideológica da burguesia, ou bem como força social coletiva independente e consciente de seus objetivos históricos, dependendo de suas direções políticas. Os reais antagonismos entre as classes se manifestam na medida em que os explorados e oprimidos avançam à luta de classes negando a

democracia burguesa.

Após um ciclo de existência a parte do PT, o Psol retorna ao leito do reformismo petista iludindo um setor da vanguarda e das massas para que apoiem o programa antioperário e antipopular e pró-imperialista de Lula. Não será o Psol que se fortalecerá em seu projeto do “Socialismo do Século XXI” (definido assim em seu programa que trataremos em uma próxima nota), e sim o PT ao domesticar os antigos fraccionistas que o estilhaçaram. Eis porque o Psol abandonou toda pretensão de independência nestas eleições e decidiu se transformar em um braço político eleitoral do petismo e de Lula. A vanguarda deve dar-lhe as costas e rejeitar suas táticas que a leva à impotência e subordinação à burguesia.

Nas próximas eleições estará colocada como tarefa desenvolver a tática da unidade das massas ao redor do programa e dos métodos da luta de classes, da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Ausente um verdadeiro partido bolchevique guiado por essas premissas da tática leninista para as eleições, e organizando um setor do proletariado e demais oprimidos sobre o objetivo da derrubada da burguesia e constituição do governo operário e camponês, está vigente a tarefa imediata da defesa do voto nulo programático contra os partidos burgueses e centristas que afundaram no democratismo.



PPRI PARTICIPA DOS ATOS EM DEFESA DA VENEZUELA E CONTRA A INVASÃO IMPERIALISTA NA AMÉRICA LATINA

Após a escalada bélica dos Estados Unidos contra a Venezuela no último dia 03 de janeiro, e do ataque que deixou mais de 100 pessoas mortas e sequestrou Nicolás Maduro e Cilia Flores, movimentos sociais e partidos iniciaram a movimentação de suas bases para articular ações em defesa da Venezuela, América Latina e Caribe perante a ofensiva intervencionista dos EUA. A Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – ALBA convocou todas as forças políticas, entidades e militantes para uma reunião no dia 04 de janeiro com o objetivo de organizar ações massivas e unitárias em defesa da República Bolivariana da Venezuela e pelo fim imediato das agressões e bloqueios que afligem o povo Venezuelano. O PPRI esteve presente na reunião da ALBA e nos atos realizados. Porém, denunciaremos que a reunião foi burocratizada para impedir que posições de fato revolucionárias pudessem interferir nas bandeiras e organização dos atos. Apesar disso, entendemos que era nosso dever participar dos atos em defesa da autodeterminação da Venezuela e contra o imperialismo.

LITORAL NORTE DE SÃO PAULO

Atos foram marcados para os dias 08 e 10 de janeiro, em Ubatuba e Caraguatatuba respectivamente. No dia 05 de janeiro o Fórum dos Sindicatos e Movimentos Sociais do Litoral Norte em unidade com a Casa da Democracia em Caraguatatuba, realizaram uma plenária visando a construção de atos unitários regionais. Compareceram à reunião independentes, militantes do PT, PSOL, UP, PCdoB, PCB, PCBR, POR e PPRI. Aprovaram-se os eixos retirados na reunião da ALBA como pautas em comum para constatarem nos materiais e propaganda do ato. A pauta do dia 08 de janeiro e a defesa da democracia burguesa também permeou o debate.

Durante a construção do ato foi necessário encaminhar que as correntes e partidos ali presentes tivessem a liberdade de atuar com material próprio de suas organizações, sem cerceamento, encaminhamento combatido pela direção petista presente. Dado o acir-

ramento das posições e a irredutibilidade das organizações presentes, o PT retirou sua crítica e a livre manifestação das organizações ficou mantida.

ATO EM UBATUBA - 08 DE JANEIRO

Sob as pautas de: “Sem anistia para golpista” e “Toda solidariedade à Venezuela”, o ato unificado construído pelo PCBR, PSOL, PT, REDE e coletivos Tansarte e Aymbere contou com falas que iam de um extremo a outro dentro das conjunturas nacional e internacional. Havia uma tendência a radicalidade nas falas dos integrantes do PCBR e PSOL, que conclamavam a ocupação das ruas em defesa da América Latina e na construção da frente anti-imperialista, entretanto a ilusão nas eleições burguesas não deixou de aparecer, principalmente nas falas relacionadas ao PL da dosimetria, recentemente vetado pelo presidente Lula, e na franca campanha petista para as eleições de 2026. O PT, além da propaganda eleitoral pela reeleição de Lula, trouxe em suas falas a “defesa da paz” na América Latina, dizendo que aqui nós somos “alegres, receptivos e gostamos de festa” e que uma guerra “acabaria com nossa alegria”, com o “clima de felicidade” estampado na praça da cidade litorânea que sobrevive do turismo, que “não teríamos carnaval”. Essas declarações esvaziadas de ideias políticas objetiva proteger o governo Lula que procura negociar com o imperialismo e não pretende, de fato, combatê-lo e, desse modo, fazer a campanha eleitoral que não incomode esse governo burguês pró-imperialista e impotente para defender na prática a soberania nacional.

Em nossa intervenção, apontamos que a defesa da democracia, de modo abstrato e subjetivo, serve apenas para acobertar a defesa da democracia burguesa. A democracia que os marxistas devem almejar e defender é a democracia operária baseada na organização das massas com independência de classe, em luta contra a burguesia e seu regime político, bem como seus métodos de ação direta e de autodefesa. Tratamos ainda da questão da soberania da Venezuela e que, apesar de não apoiarmos incondicionalmente o governo burguês de Nicolás Maduro, defendemos o povo venezuelano oprimido

pelo imperialismo e, nesse sentido, estamos ao lado desse pela derrota dos EUA. Destacamos que essa ofensiva se deu porque, esse governo nacionalista burguês de Maduro se recusou a ceder às investidas dos EUA, enfrentando-o e se transformando em um entrave a seus interesses na América Latina.

ATO EM CARAGUATATUBA - 10/01

Realizado na praça central da cidade, o ato contou com a participação dos partidos e movimentos que participaram de sua construção, bem como de militantes e pessoas independentes que compareceram devido à propaganda realizada.

Diferente do ato realizado em Ubatuba, as organizações presentes conseguiram imprimir ao ato seu real caráter prestando solidariedade à Venezuela e a defesa da América Latina sob as bandeiras da luta anti-imperialista. Entretanto, como estavam presentes militantes do PT e do PCdoB, algumas intervenções foram feitas propagandeando Lula como o salvador da América Latina e única solução contra o avanço do imperialismo sobre nossas terras. Foi necessário combater essa falsificação e apontar que as massas exploradas possuem um só caminho dentro da luta de classes: que é o da autodeterminação dos povos e nações oprimidas pelo imperialismo, visando a construção de uma frente única anti-imperialista, organizadas sobre sua própria estratégia de poder. Assim como na intervenção realizada em Ubatuba, relembramos que devemos estar ao lado das nações oprimidas e conjuntamente de seus governos sob ataque do imperialismo, contra seus opressores e pela derrota do imperialismo, para que o proletariado possa se organizar de forma independente, estruturando seu partido que impulsionará a luta de classes, expropriando a burguesia e nacionalizando todos os meios de produção sob o controle operário, terras, minérios, petróleo, abrindo caminho para a revolução proletária.

Apesar da polarização entre as falas reformistas e revolucionárias, conseguimos atuar levando nossa política nas falas e na distribuição no nosso manifesto. ●

Burocracia do Sinpeem sustenta a farsa da luta contra a Lei 18.221/24 recorrendo novamente a justiça burguesa

No dia 15 de dezembro/2025, com o processo de atribuição de classes/aulas já em andamento, o SINPEEM que havia ingressado com uma ação coletiva poucos dias antes da atribuição obteve uma liminar para suspender os efeitos das instruções normativa nº 51 e 52, que regulamenta o processo de atribuição conforme determina as mudanças na lei 18.221/24, mais especificamente nos seguintes termos: 1) suspende a atribuição por critérios subjetivos das direções de escola, exigindo que se realiza estritamente a partir da ordem de classificação dos docentes; 2) suspende a restrição da participação isonômica dos professores readaptados, garantindo-lhes o direito de escolha e a manutenção da sua lotação e jornada de opção, conforme critérios anteriores.

//

...

O encaminhamento de “pedir para o Prefeito que protocole a minuta na Câmara” foi derrotado, tendo a base rejeitado o projeto de ataques. **A burocracia saiu derrotada, mas sempre procurará uma via ou recorrerá à traição** para impor, goela abaixo dos professores, o acordo que fizeram com o governo.

No momento que essa liminar foi concedida ao SINPEEM, já havia ocorrido a atribuição dos docentes dos CEI (Centros de Educação Infantil), que supostamente precisaria ser refeita se a liminar fosse mantida, mas como já era esperado, esta foi apenas mais uma das inúmeras liminares

em favor dos trabalhadores que foi rejeitada pela justiça posteriormente, já que a prefeitura recorre e sempre ganha, pois obviamente se trata de uma instância controlada pela burguesia para proteger a governabilidade e as medidas de governo de seus agentes no poder do estado burguês. A liminar foi derrubada na véspera do recesso escolar, quando o judiciário também entrava em recesso, favorecendo assim à prefeitura a retomar o processo de atribuição, como clara medida de punição, em meio ao recesso escolar, no dia 23/12.

Diante da derrubada da liminar, restou a direção do SINPEEM, agir como de costume, como porta-voz do governo, explicando as mazelas do processo de atribuição, se vangloriando que “lutou” como pôde e que ainda tem como recorrer na justiça assim que finalizar o recesso do judiciário, ou seja, mantendo a ilusão na via judicial. O fato é que, após fazer seu teatrinho que lutava em favor da categoria, a direção do SINPEEM terminou orientando os trabalhadores a acatarem a decisão da justiça e do governo ao invés de organizar de fato os trabalhadores em luta contra as medidas, por meio da ação direta, o que não ocorreu desde que a lei 18.221/24 foi aprovada, há exatamente um ano.

A conclusão foi que a política traidora das direções sindicais impôs aos professores da rede municipal de São Paulo mais uma derrota, tendo que se submeter a um processo de atribuição truculento, em meio ao recesso escolar, quando muitos já estavam viajando e precisaram se fazer representar por meio de procuração; mas que acima de tudo viram ser jogada na lata do lixo uma conquista histórica, do direito a escolha a partir apenas

da sua classificação que correspondia principalmente ao respeito ao tempo de trabalho dedicado ao magistério. Já para os professores readaptados a derrota foi ainda maior, pois sem sequer ter direito a escolha alguma de classes/aula, sabem que terão o salário rebaixado em aproximadamente 30% a partir de fevereiro/2026 e não tem sequer a certeza se sua lotação será mantida; ou seja, muitos possivelmente serão trocados de escola à revelia das diretorias de ensino.

O percurso de derrotas dos trabalhadores e de traições dos partidos e correntes que dirigem o SINPEEM deixou claro que com essa direção só espera mais derrotas, retrocessos e destruição de direitos. Mas, também demonstrou que a Oposição Unificada transformou-se praticamente em um braço político da direção, uma vez que defende junto desta, a política imobilista e subserviente das instituições da burguesia. Nas eleições de 2026, irão confluír com a direção majoritária para conter a revolta das bases e movimentos grevistas que se choquem com as políticas do governo federal, submetendo os movimentos à reeleição de Lula.

O ano que começa deve achar à vanguarda mais organizada e capaz de mobilizar um setor das bases a partir de um programa e métodos que de fato combatam o governo e lhe imponham derrotas. Somente a Unidade Independente, Classista e Combativa (UICC), revelou-se a única oposição de luta consequente porque age sob a base de um programa e métodos de ação coerentes. Seu fortalecimento comparece como uma necessidade para avançar à recuperação do sindicato das mãos dos pelegos governistas e dos oposicionistas democratizantes. ●



BUROCRACIA DO SINPEEM DÁ UM GOLPE NA ELEIÇÃO DE DELEGADOS PARA O CONGRESSO DA CNTE

 O 35º congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) ocorre entre 15 e 18 de janeiro de 2026. Os sindicatos filiados à CNTE tinham até o dia 28/11/25 para realizar a inscrição de seus delegados, que no caso do SINPEEM tinha direito de eleger 113 delegados.

A conduta democrática de uma direção sindical exigiria a ampla convocação de uma assembleia para eleição dos delegados, permitindo por meio da democracia operária o debate de programas e, conseqüentemente, a eleição dos delegados a partir do debate com todas as correntes políticas e independentes que reivindicassem participar desse congresso.

No entanto, a direção burocrática do SINPEEM utilizou a reunião do Conselho Geral em 03/12/25 para a suposta eleição de delegados. Dizemos suposta eleição, pois a direção se utilizou do autoritarismo e da centralização burocrática para determinar a divisão de delegados do SINPEEM ao congresso da CNTE entre as forças políticas que atuam no sindicato, sem nenhum debate político e impedindo que as bases discutirem os programas e votassem nos delegados. Primeiro, que ao utilizar o conselho para essa definição dos delegados já se configura em medida antidemocrática, já que restringe a eleição apenas aos conselheiros que têm dispensa de ponto para participar dessa reunião, além do que vale destacar que a última eleição do Conselho Geral do SINPEEM ocorreu

em 2015, há 10 anos atrás, o que significa que algumas correntes políticas ingressaram na rede ou se organizaram após esse período e, portanto, não fazem parte desse conselho.

Como se não bastasse a medida antidemocrática de utilizar a reunião do conselho e não convocar uma assembleia, a burocracia foi além, determinando após abrir inscrições e se inscrever 36 pessoas, que a direção majoritária ficaria com 88 vagas e concederia apenas 25 vagas para o conjunto das oposições, sem nenhum critério político e sem permitir qualquer intervenção dos conselheiros presentes. Chegou ao absurdo de dizer que os 36 inscritos pela oposição que decidissem quem seriam os 25 que ocupariam as vagas concedidas pela direção e quem ficaria de fora. Diante de várias contestações por meio de solicitações de questão de ordem e esclarecimento a mesa, Claudio Fonseca/PCdoB, conduziu a mesa de forma extremamente truculenta, caracterizando mais uma vez a oposição de violenta e agressiva para acobertar seu autoritarismo, não concedeu a fala a ninguém e finalizou ameaçando que se não quiséssemos as 25 vagas eles as ocupariam.

Seguiu a reunião dando informes das medidas do governo, abrindo novas inscrições apenas no final da reunião, sendo concedido apenas 1 minuto de fala para os inscritos. Dentre as falas, apenas a militância da Unidade Independente Classista e Combativa (UICC) utilizou seu tempo de fala

para repudiar e denunciar o golpe na “eleição” dos delegados a CNTE. E isso não se deu por um acaso, mas simplesmente porque as demais correntes de “oposição” que compõe a Oposição Unificada (PSOL, PSTU e POR) e o MRT aceitaram a imposição golpista da direção majoritária e, em meio a reunião do conselho, já se reuniram para definir quem ocuparia as 25 vagas. Os ditos classistas se subordinaram ao centralismo burocrático apenas para poder ir ao Congresso e fazer suas “lives” e vídeos de autopromoção.

Nós, da UICC, não apenas nos manifestamos publicamente repudiando a manobra burocrática e golpista da direção, como recusamos a nos submeter a essa imposição, isso porque avaliamos que se fosse em um outro contexto de acirramento da luta de classes, em que o congresso da CNTE servisse para impulsionar o enfrentamento dos trabalhadores as contrarreformas dos governos de turno, a exemplo da Reforma Administrativa em curso, caberia fazer um concessão da nossa parte e aceitar a imposição em função de participar do Congresso para impulsar a luta de classes e organizar um setor da base contra as direções traidoras. Mas o quadro é outro: esse congresso da CNTE está armado para desviar os trabalhadores para o jogo eleitoral, para a política de conciliação de classes com o governo de frente ampla Lula/Alckmin, a fim unicamente de garantir a sua reeleição em 2026.

As ditas oposições que se submeteram ao golpe ape-

//

...

Dentre as falas, apenas a militância da Unidade Independente Classista e Combativa (UICC) utilizou seu tempo de fala para repudiar e denunciar o golpe na “eleição” dos delegados a CNTE. E isso não se deu por um acaso, mas simplesmente porque as demais correntes de “oposição” que compõe a Oposição Unificada (PSOL, PSTU e POR) e o MRT aceitaram a imposição golpista da direção majoritária e, em meio a reunião do conselho, já se reuniram para definir quem ocuparia as 25 vagas. Os ditos classistas se subordinaram ao centralismo burocrático apenas para poder ir ao Congresso e fazer suas “lives” e vídeos de autopromoção.

nas servirão de decorado à burocracia e correntes governistas que, sem dúvida, farão da CNTE um palanque para a reeleição de Lula. Está posta, nesse sentido, a denúncia de sua capitulação ao servirem à burocracia para impor sua política traidora e democratizante no sindicato. ●

3 anos da expulsão da Fração Guillermo Lora – Em Defesa do Programa da conferência no Nordeste do POR

 Nos dias 14 e 15 de janeiro de 2023, ocorreu a conferência regional no Nordeste do Partido Operário Revolucionário (POR). Naquela época, os militantes que hoje conformam o PPRI estavam organizados no interior do POR como “Fração Guillermo Lora – Em defesa do programa”.

Nossas divergências se davam sobre o revisionismo antimarxista da caracterização da Rússia como país capitalista, ou seja, uma revisão de sua caracterização como estado operário degenerado. A revisão começou de forma oculta, sob impulso do Secretário geral que descartou a Resolução Internacional redigida por um membro da direção, sob encargo do Comitê Central. Recorrendo à justificativas falsas, o Secretário geral, redigiu uma nova resolução que introduziu uma formulação que trazia de forma obscura a caracterização que a restauração se havia completado. Rompendo com a orientação de Trotsky de que é possível qualquer membro, incluindo a direção, iniciar a revisão do programa sempre e quando se defenda ao exterior o programa aprovado pelo Congresso até um novo Congresso aprovar a revisão. Rasgando esse princípio elementar do centralismo democrático, o Secretário geral redigiu declarações e manifestos sobre a guerra na Ucrânia que explicitaram o abandono da caracterização do programa, impondo outra sem o devido debate democrático e passando por cima das instâncias organizativas. Quando do debate no pré-Congresso de janeiro de 2022, militantes que defendiam que não se revisava o programa que seguia vigente, se subordinaram ao Secretário geral não defendia o programa aprovado pelos Congressos anteriores, até se avançar na caracterização da Rússia. Dessa forma, o secretário geral assumia os poderes que cabiam ao Congresso e, com manobras e ocultando sua posição, impunha outro que passou a ser aceito pela maioria do POR por con-

fiança no dirigente. O caudilhismo se impunha, assim, sobre o debate coletivo e os Estatutos.

Inicialmente, a revisão abria-se passo a passo com posições dúbias da maioria da direção do POR brasileiro. A resolução que indicava estava restaurado o capitalismo na Rússia (enquanto o Programa mantinha a anterior caracterização publicamente) foi aprovada no XVI Congresso e, posteriormente, no 5º Congresso do CERQUI (Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional) convocado especialmente para referendar a revisão antimarxista feita no Brasil, e assim se abandonaram as formulações históricas do próprio POR, defendidas pelo dirigente histórico do POR boliviano e do CERQUI, Guillermo Lora, até sua morte (2009), e por mais de 30 anos no Brasil. Assim se chegava ao absurdo do POR no Brasil manter por mais de 4 anos um programa que mantinha a velha caracterização, enquanto os novos materiais o negavam. Mas, também rasgaram-se os estatutos do CERQUI redigidos por Lora em 1991, onde define, claramente, que para ser membros deste se devia defender o programa da revolução política na Rússia, China etc. o POR e o CERQUI demonstraram seu oportunismo cínico de trilharem o revisionismo sem nunca criticar ou revisar Lora.

Lora, ao analisar a Perestroika, concluiu que estávamos “*perante o ponto culminante de uma política abertamente contrarrevolucionária, antioperária e anticomunista*”, ou seja, dando continuidade às análises e conclusões de Leon Trotsky sobre a burocracia estalinista que cumpria um papel restauracionista. Dialeticamente, a mesma burocracia que desapropriou o operariado de seu poder político do novo estado e do partido, desempenham um papel contrarrevolucionário restauracionista, e atentavam contra a propriedade estatal,

o monopólio do comércio exterior e a economia planificada; “*a burocracia stalinista se nutriu e segue nutrindo-se da economia dos Estados operários que se levanta sobre a propriedade estatizada, a economia planificada e o comércio exterior em mãos do Estado, por isso, apesar de sua política contrarrevolucionária, que se concretiza nos obstáculos que levanta para frear o desenvolvimento das forças produtivas, isto porque não retira toda a vantagem possível dos métodos socialistas de governo, defendeu até certo ponto estas conquistas*”². Essa dinâmica “*não permite um pujante ressurgimento da burguesia que poderia arrastar novamente a URSS até o capitalismo*”³. Por fim, concluindo que as conquistas da revolução de outubro de 1917 estavam de pé, Lora, o CERQUI e suas seções nacionais, defendiam a revolução política, para extirpar a burocracia terdioriana do poder e recolocar o poder nas mãos da classe operária, reconstruindo o caminho do socialismo.

A Fração GL, diante do período congressual em 2022, analisou e estudou a Rússia nos dias atuais, partindo das formulações históricas de Trotsky sobre a burocracia na URSS, de Lora sobre a Perestroika, do CERQUI e seus estatutos, e do POR brasileiro, que em seu XIII congresso (2016), havia reforçado que a queda da URSS não significou a conclusão da restauração capitalista na Rússia: “*O Congresso chegou à conclusão de que a restauração não foi concluída na Rússia e que por isso mantém-se a vigência do programa da revolução política. Um dos aspectos essenciais da discussão, foi a da dificuldade de se reconstituir a burguesia russa para afastar definitivamente a burocracia governante*”⁴. O nosso estudo apontou,

1. Obras Completas Guillermo Lora, Tomo LIII, página 04.

2. Obras Completas Guillermo Lora, Tomo LIII, página 153.

3. Obras Completas Guillermo Lora, Tomo LIII, página 43.

4. “Realizado o XIII Congresso do Partido Operário” – Página 3 do jornal Massas (POR) nº 513 (de 31 de janeiro a 13 de fevereiro de 2016).



em síntese, que “o Estado ainda é um Estado operário, assentado na grande propriedade estatal/nacionalizada e, assim, a “resiliência” e a potência da economia russa estão ligadas ainda a essa base econômica, fruto da revolução proletária, impossível de ser derrubada sem guerra civil que derrube a própria burocracia governamental parasitária e destrua o poder da grande propriedade estatal dominante”⁵.

Nem o POR, nem o CERQUI, se debruçaram sobre as próprias formulações anteriores. Na prática, negaram o método marxista da crítica e auto-crítica. Decidiram por ignorar décadas de publicações, que traziam por trás o acúmulo teórico de Trotsky e Lora, para apresentar novas formulações sem base material (nunca fizeram um estudo sério da economia russa e apenas seguiam as formulações de jornalistas e economistas revisionistas), antagônicas às formulações anteriores e aplicando o revisionismo. Por exemplo, a resolução aprovada no XIII Congresso afirmava que a “A burocracia teve de recompor a centralização autoritária. Esta tarefa coube a Vladimir Putin”, já no XVI Congresso entendiam que “As ex-repúblicas foram tomadas pelo processo de restauração capitalista, conduzidas pela **oligarquia restauracionista**”, ou seja, o que antes era caracterizado como burocracia, se tornou oligarquia em um piscar de olhos, sem nenhuma explicação dos supostos erros de caracterização do passado. E mais, a tese apresentada no congresso do CERQUI colocava que a “oligarquia-burguesa” ascende ao poder controlando o estado, sem base material, e aplica uma série de reformas privatizantes, que destruíram a propriedade “social”, enquanto ia se reconstituindo uma burguesia nacional. O reformismo clássico pode ser sintetizado com a ideia de que uma determinada classe social (a “trabalhadora”) ascende ao poder de estado e aplica reformas que atendam aos interesses dessa classe; o revisionismo do POR aplicou a mesma lógica reformista para a contrarrevolução pacífica da burguesia, inventando uma espécie de “reformismo reverso”.

5. Folheto do PPRI “Como é (de fato) a Rússia hoje”, página 61.

Para avançar com seu revisionismo nas caracterizações, bandeiras, formulações, etc., a direção do POR necessitou revisar também os métodos partidários, rasgando o próprio estatuto e o centralismo democrático, como já expusemos acima. Inicialmente, foram publicados manifestos e boletins com bandeiras antagônicas às posições aprovadas em congresso, na prática, a maioria da direção porista “suspendeu” o programa do partido para aplicar novas formulações. Contra o conjunto do revisionismo aplicado ao programa e ao partido, uma parcela dos militantes reivindicou a organização em uma fração, nominada como Fração Guillermo Lora – Em Defesa Do Programa (FGL), que também teve que lutar internamente por sua própria existência, reivindicando da experiência leninista-bolchevique, que estava sob ofensiva dos métodos do centralismo burocrático que tinha seu centro na Secretaria Geral.

As conferências regionais historicamente contavam com a participação de militantes de outras regionais. Em 2023, militantes da FGL, que participaram das conferências anteriores antes da existência da fração, informaram previamente que iriam à atividade, e lá foram expulsos da atividade, como forma de suprimir o amplo debate nas instâncias partidárias. É necessário dizer que os Estatutos garantiam o direito de tendências e frações de defender suas posições e pontos de vista em todas as instâncias, bem como o direito dos militantes a participar dessas sem restrições (desde que não estivessem sancionados por faltas disciplinares). Apesar desse direito garantido pelo Estatuto, os militantes da Fração foram sumariamente expulsos do partido com aprovação da maioria da direção, que considerava que a fração “trabalhou pela desagregação da organização”⁶ pelo simples fato de levantar uma divergência interna que defendia as posições do programa até o XVI Congresso.

A experiência demonstrou que tratou-se de uma expulsão política com raízes na divergência interna, não apenas de alguns militantes,

6. “Realizada Conferência do POR na Região Norte” – Página 3 do jornal Massas (POR) nº 685 (de 26 de março a 08 de abril de 2023).



...

O POR, após revisar de forma antimarxista e destruído os estatutos (...) se aproxima, cada vez mais, por suas posições sobre Rússia e China das correntes que o próprio Lora criticava por revisionistas e antimarxistas.

mas sim da fração em seu conjunto, à qual lhe era exigido reconhecer seus erros por ter tentado participar da Conferência e defender suas posições. Assim, se configurou-se um marco no enterro da democracia interna no POR, manchando por completo seus 37 anos, que serão completados em 2026. O POR, após revisar de forma antimarxista e destruído os estatutos que são a estrutura que viabiliza a democracia interna, se aproxima, cada vez mais, por suas posições sobre Rússia e China das correntes que o próprio Lora criticava por revisionistas e antimarxistas.

Destruindo seu vínculo com seu passado, o POR do Brasil e o CERQUI passam a orbitar o revisionismo morenista, demonstrando que uma revisão que não procede por métodos e meios marxistas e se apoiando no legado histórico de nossos mestres, está fadada a degenerar o partido que a assume, o levando a seguir a trilha das correntes e partidos que abraçaram o impressionismo teórico, o subjetivismo retórico e a seguir a crítica e cegamente um caudilho, afundando o POR na política centrista.

FOLHETO

Pontos para uma Resolução Internacional

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa
Dezembro de 2022

Adquirir com nossos militantes!

01/01/1959 – Revolução Cubana

O MOVIMENTO 26 DE JULHO TOMA O PODER EM CUBA¹

Em 1º de janeiro de 1959, o movimento guerrilheiro que iniciou a luta na Sierra Maestra em 1957, derrotou a ditadura de Fulgêncio Batista e instituiu o Governo Revolucionário. Na medida em que se tomavam medidas elementares de independência nacional e se resolviam as tarefas democráticas pendentes, a exemplo da reforma agrária com métodos revolucionários, aumentavam as medidas contrarrevolucionárias do imperialismo norte-americano. A direção pequeno-burguesa que fez a revolução foi obrigada, pelas leis objetivas da revolução na época de decomposição capitalista, a avançar nas medidas socialistas (expropriação e nacionalização das fábricas, bancos, terras, etc.).

A instauração de um governo revolucionário apoiado nas massas armadas e mobilizadas, e expressando as tendências históricas abertas pelas revoluções proletárias russa e chinesa, leva a evolução da revolução democrática para socialista, que permitiria a Cuba conquistar sua real

independência e soberania nacionais, instaurando o primeiro Estado Operário do continente.

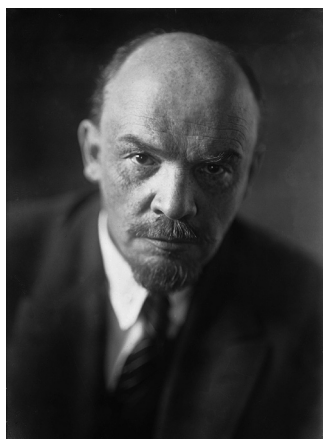
Essas conquistas revolucionárias das massas cubanas (propriedade nacionalizada, revolução agrária, monopólio do comércio exterior, planificação da economia nacional, etc.) devem ser defendidas pelos revolucionários, com o programa e os métodos da revolução política, contra a ameaça norte-americana expressa pelo governo reacionário e belicista de Trump, Vance e Rúbio.

Se as massas venezuelanas não se ergueram e prepararam para derrotar o imperialismo, e os explorados e oprimidos latino-americanos não se mobilizaram e ergueram uma frente única anti-imperialista, a Revolução cubana e suas conquistas poderão ser as próximas a cair sob ataque imperialista. O exemplo que hoje mais importa ressaltar é que não existem vias pacíficas e nem democráticas para conquistar a autodeterminação nacional e dar passos na transição ao socialismo, o que somente é pos-

sível por métodos revolucionários e a guerra revolucionária sob direção do partido marxista-leninista-trotskista. Essa lição é que deve ser assumida hoje pelos que se dizem marxistas e se reivindicam da luta proletária. Sobretudo, quando cambaleia sob ataque do imperialismo a farsa do “Socialismo do Século XXI” chavista. Mas, é necessário também combater os revisionistas que objetivamente se colocam na trincheira imperialista ao pretender combater a ditadura burocrática castro-guevarista com os métodos da democracia formal e dos direitos humanos burgueses.

Os revolucionários, sem compactuar com a burocracia estalinista, defendem a revolução e as conquistas das massas em luta, combatendo se preciso junto daquela pela derrota do imperialismo e pelo fim do bloqueio genocida a sua economia. ●

1. Elaborado sobre a base do texto publicado no OI n° 21 (janeiro de 2025) e adequando seu conteúdo ao momento histórico marcado pelo avanço do ataque dos EUA contra a Venezuela, mas também contra Cuba.



25/01/1924

Morre Vladimir Ilich Lênin¹

Lênin morreu no dia 25 de janeiro de 1924. A revolução proletária perdia o maior chefe revolucionário do século XX, que foi capaz de transformar a teoria marxista em prática revolucionária na fase de decomposição capitalista, e abriu, assim, a época histórica que marca a aurora da transi-

ção do capitalismo para o socialismo. E fez da teoria da construção do partido revolucionário um guia para transformar a vanguarda da classe operária em um organismo político coeso e submetido a um objetivo estratégico comum, unindo o trabalho de propaganda e de agitação à luta revolucionária. Foi ainda o guia da construção da III Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista, demonstrando sua compreensão das leis objetivas da revolução socialista, que começando em um país é obrigada a se desenvolver mundialmente, sob a premissa que não há como construir o socialismo em um só país.

Mas, a mais importante de suas contribuições, no momento em que os EUA revelam seu objetivo intervencionista, são suas formulações para traçar uma tática revolucionária para a defesa do direito irrestrito das nações e povos oprimidos à autodeterminação, bem como seus métodos de combater contra a nação opressora ao lado das massas e seus governos pela derrota imperialista.

Lênin ensinou, ao proletariado e à sua vanguarda, a arte da mobilização revolucionária do proletariado como direção da nação oprimida, e a dar passos práticos na direção e construção do estado operário por meio e através dessa tática. A autodetermi-

nação é o direito dos povos a decidirem o destino de seus governos e Lênin rejeitava o submeter à farsa do direito e democracia burguesas.

Assimilar essa tática é obrigatório aos militantes revolucionários se não querem acabar como quinta coluna da burguesia imperialista, como fazem os revisionistas que se negam a defender o governo chavista no momento em que o imperialismo pretende derrubar seu governo e impor um outro títere.

1. Elaborado sobre a base do texto publicado no OI n° 21 (janeiro de 2025) e adequando seu conteúdo ao momento histórico marcado pelo avanço ao intervencionismo bélico imperialista contra as nações oprimidas.

02/02/1999

Chávez assume a presidência da Venezuela¹



No dia 02/02/1999, Chávez assume seu primeiro mandato como presidente da Venezuela com massivo apoio popular, de setores da burguesia e das Forças Armadas, prometendo libertar o país da opressão imperialista, redigir uma nova Constituição, e desenvolver a economia nacional em favor das massas. Foi proclamado o chamado de “Socialismo do Século XXI” e foi aprovada a nova Constituição.

Após um período de alta da economia mundial, que garantiu ao chavismo limitadas concessões em favor das massas; da estatização dos sindicatos, impondo direções alinhadas com o governo; de expropriar indústrias, parte das terras e comércios (indenizado fartamente a burguesia imperialista e latifundiários), medidas que ligaram eleitoralmente as massas a seus governos, em 2008, produto da crise mundial, o nacionalismo-burguês entra em um contínuo declínio e decomposição. Nesse cenário, ganha projeção a direita golpista e pró-imperialista. Retomam-se ainda as lutas grevistas em defesa das condições de vida. O governo se mantém no poder, e após a morte de Chávez assume Nicolás Maduro, atacando tanto a burguesia e parti-

dos opositoristas como as massas, apesar de manter sua ascendência entre amplos setores populares. O governo burguês nacionalista, de feições bonapartistas e apoiado no aparato burocrático-militar estatal, após três décadas no poder, foi incapaz de cumprir as tarefas democráticas pendentes, industrializar o país e elevar o nível de vida e de cultura das massas.

É nesse quadro histórico que se realizou o ataque dos EUA em 03/01/2026 que sequestrou Maduro e declarou a guerra ao país oprimido. As massas venezuelanas são chamadas a tomar em suas mãos os destinos do país e se armarem para enfrentar os novos ataques que virão das tropas norte-americanas visando derrubar o governo e impor um outro títere para assim roubar suas riquezas e recursos.

Há 27 anos da vitória de Chávez, após diversas tentativas golpistas da oposição pró-imperialista e, agora, face ao ataque dos EUA, fica claro que a democracia burguesa não é a via da libertação da opressão social e nacional pelo imperialismo. Em mais um aniversário da Revolução Cubana, fica claramente demonstrado que a transformação da revolução democrática em socialista é a única via

possível para conquistar a verdadeira soberania e autodeterminação nacionais. Mas, somente as massas organizadas e unidas por um programa próprio podem conquistá-la com sua ação revolucionária.

A derrubada dos governos burgueses dos países que lhe servem de base de apoio aos EUA e a formação da Frente Única Anti-imperialista, sob direção do proletariado constituído em classe independente sob direção do partido baseado na estratégia da revolução social, que conquistará a verdadeira autodeterminação continental sob a forma dos Estados Unidos Socialistas de América Latina. ●

1. Elaborado sobre a base do texto publicado no OI nº 22 (fevereiro de 2025) e adequando seu conteúdo ao momento histórico marcado pelo avanço do ataque dos EUA contra a Venezuela.

//

...

(...) após diversas tentativas golpistas da oposição pró-imperialista e, agora, face ao ataque dos EUA, fica claro que a **democracia burguesa não é a via da libertação da opressão social e nacional pelo imperialismo**. Em mais um aniversário da Revolução Cubana, fica claramente demonstrado que a **transformação da revolução democrática em socialista é a única via possível para conquistar a verdadeira soberania e autodeterminação nacionais**.

FOLHETO

PARA ONDE
marxismo»revisionismo
VAI O CERQUI

Adquirir com nossos militantes!



O ataque dos EUA contra a Venezuela enterrou para sempre a legalidade e direitos internacionais burgueses e *empurra ao imperialismo para mais uma guerra mundial*

Com o ataque de 3 de janeiro contra a Venezuela, os EUA não apenas declararam a guerra aberta contra toda e qualquer semicolônia que conteste seus ditames, como enterrou definitivamente o direito e legalidade internacional burguesa que ainda se sustentavam retoricamente. O direito à autodeterminação, o respeito à soberania nacional e o devido processo jurídico contra opositores foram jogados no lixo. Nos fatos, EUA deram passos para afundar o mundo na beira de uma guerra em escala mundial entre os estados operários degenerados e os países imperialistas.

O objetivo dos EUA é tomar posse de territórios, dos mercados e fontes de matérias-primas das nações semicoloniais que atingem os interesses dos estados operários degenerados, e lhe permitem parasitar dos lucros das riquezas e recursos roubados e, assim, manter a sobrevida de sua decadente economia. Esgotadas parcialmente as medidas econômicas para afogar a China, que ainda tem acesso a maté-

rias-primas e recursos para seu contínuo desenvolvimento econômico (o que se traduz em mais retrocesso e desindustrialização relativa dos EUA e do imperialismo como um todo), os EUA abandonaram a guerra econômica como via preferencial para derrotar a China, e agora procuram impor uma mudança na correlação de forças pela via militar sobre os países que lhes provêm de recursos e mercados. Como afirma nosso Manifesto publicado neste jornal, *“O ataque e golpe de estado contra o regime chavista objetiva enfraquecer a China, que tem interesses estratégicos no petróleo e gás do país, e se apropriar de recursos petrolíferos gigantescos que lhe permitam ter melhores condições para travar a guerra comercial e preparar um choque militar contra esse país”* (ver pág. 16 a 17).

A ameaça contra o Irã publicizada pelo fascista Trump se enquadra dentro desse plano geral, como é também sua intenção de “tomar” a Groenlândia para enfraquecer o poderio russo nas rotas comerciais do ártico. O fato dos EUA descarregarem sobre a envelhecida e fraca burguesia imperialista europeia o maior custo da guerra travada contra Rússia pelo imperialismo (usando a Ucrânia como peão), não significou que a burguesia estadunidense abandonasse sua pretensão de usar o prolongamento da guerra para derrotar a Rússia. Houve apenas, como referimos em anteriores jornais, uma “mudança tática” deixando à Europa arcar com

os maiores custos dessa. Os EUA acreditaram poder enganar todo o mundo com sua retórica da paz, enquanto armava Europa e a Ucrânia contra a Rússia. O recente ataque da Rússia com seus mais novos e avançados mísseis hipersônicos que atingiu e inabilitou a maior reserva de gás subterrâneo (Bilche-Volytsko-Uherske) desde o qual se bastecia de energia à Europa a preços elevados, atingiu duramente um interesse norte-americano na Ucrânia. O reservatório de gás era controlado pelos EUA, que armazenava gás trazido do Oriente Médio e dos EUA para o vender à Europa a preços exorbitantes. A reserva de gás na Ucrânia foi imediatamente ativada e enchida com gás após a explosão pelos EUA e aliados do gasoduto Nord-Stream da Rússia. Os EUA continuavam a lucrar duplamente (vendendo armas e monopolizando o gás à Europa) da guerra enquanto posavam de pacificador. É provável que nos próximos dias, o governo republicano faça uma declaração de “decepção” contra a Rússia por “não acolher” seu plano de paz e tome medidas de retaliação. O que deixará claro que os EUA, como fez com Irã e Venezuela, pretendia enganar à Rússia.

É nesse quadro que ressalta a criminosa atitude das burocracias russa e chinesa perante a ofensiva imperialista que tem por principal objetivo histórico sua derrubada e a transformação dos países que expropriaram à burguesia em simples semicolônias. A casta reacionária que expropriou

FOLHETO

COMO É (DE FATO) a
RUSSIA HOJE

A economia nacionalizada mantém as bases sociais e econômicas do Estado Operário Degenerado, apesar da burocracia contrarrevolucionária

Adquira com nossos militantes!

- // [Rússia e China] acreditam que bastará fazer concessões ou não intervir nas regiões em que o imperialismo e seus aliados desatam sua brutal ofensiva belicista e genocida (como na Palestina ocupada) para serem poupadas. Mas, é o imperialismo que se fortalece e retarda sua desagregação com a paralisia criminosas das burocracias reacionárias. Cada retrocesso dessas permite ao imperialismo se apropriar de recursos e capacidades logísticas para empreender sua ofensiva final contra os estados operários degenerados. Enquanto que as nações oprimidas que se aliam à Rússia e China, visando sua proteção, passem a ser utilizadas como moeda de troca nas negociações entre esses países com o imperialismo.

→

o proletariado sobrevive e se mantém no poder graças ao controle da propriedade nacionalizada que lhe provê de gigantescos recursos e de sobretrabalho para manter suas economias em relativo crescimento em meio à derrubada da economia capitalista por todas partes. Fieis a sua natureza parasitária e pró-burguesa, acreditam que poderão chegar a um acordo com o imperialismo que as preserve em seus interesses de seguir parasitando de grande parte da riqueza social criada sobre a base dessa propriedade estatizada. Por isso nada fizeram quando da derrubada de Al-Assad, Gaddafi, Hussein e, recentemente, com o sequestro de Maduro. Rússia e China viram crescer suas economias em meio à crise mundial. E acreditam que bastará fazer concessões ou não intervir nas regiões em que o imperialismo e seus aliados desatam sua brutal ofensiva belicista e genocida (como na Palestina ocupada) para serem poupadas. Mas é o imperialismo que se fortalece e retarda sua desagregação com a paralisia criminosas das burocracias reacionárias. Cada retrocesso dessas permite ao imperialismo se apropriar de recursos e capacidades logísticas para empreender sua ofensiva final contra os estados operários degenerados. Enquanto que as nações oprimidas que se aliam à Rússia e China, visando sua proteção, passem a ser utilizadas como moeda de troca nas negociações entre esses países com o imperialismo.

O principal fator que favorece as tendências bélicas e a ofensiva intervencionista do capital financeiro e dos monopólios imperialistas é o profundo retrocesso político do proletariado mundial em sua consciência de classe. É a crise da direção revolucionária mundial e a decomposi-

ção democratizante e revisionista de suas seções nacionais que facilita a colonização e violenta opressão social e nacional do imperialismo. Um exemplo disso é o genocídio palestino que continua avançando porque apesar das massivas e do maciço apoio operário e popular à luta palestina, suas direções políticas e sindicais continuam subordinadas à democracia e aos governos burgueses, impedindo que essa revolta se transforme em guerra dos explorados contra o sionismo e o imperialismo, desenvolvendo os métodos e estratégia da luta de classes contra suas burguesias e governos cúmplices do genocídio. É essa ausência da direção e estratégia revolucionária como direção dos movimentos que impede às massas venezuelanas e americanas confluírem em medidas e ações coletivas e unitárias coordenadas internacionalmente, para atacar e atingir os interesses dos EUA em todos os países do continente.

Como afirmamos no Manifesto nº 93, “A tendência de uma guerra mundial nasce e se desenvolve, primeiro, através de invasões e ataques em que o imperialismo começa enfraquecendo os apoios políticos e econômicos de suas nações adversárias”. O ataque à Venezuela e os preparativos bélicos contra Irã são elos do objetivo estratégico do imperialismo de destruir a propriedade nacionalizada pelas

revoluções que ainda permanecem em pé sob poder e controle das burocracias herdeiras do estalinismo; derrubar a casta reacionária e parasitária do poder político, instaurando no poder as burguesias nacionais domesticadas pelos monopólios imperialistas; fragmentar a Rússia e China e, desse modo, proceder a sua transformação em semicolônias do imperialismo. Não há outra via para o capitalismo sobreviver a sua crise estrutural que afundar à humanidade na completa barbárie.

A etapa imperialista de crises, guerras e contrarrevoluções é também a etapa das revoluções proletárias. A revolução russa e chinesa demonstrou que há como derrubar a burguesia, vencer o imperialismo e dar passos na transição ao socialismo. Mas, para isso é preciso uma direção e um partido mundial firmados nos métodos, tática, programa e estratégia bolcheviques. Frear a barbárie capitalista depende, assim, de construir os partidos revolucionários em cada país, conquistar a direção política das massas e retomar a luta revolucionária do proletariado mundial pela sua libertação e a de todos os povos e nações oprimidas do mundo todo. ●

FOLHETO

**Choques entre Estados
IMPERIALISTAS
e OPERÁRIOS**

Novembro de 2023

Adquira com nossos militantes!

FOLHETO

**Inviabilidade da
DEMOCRACIA
BURGUESA**

“ Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia ”

Adquira com nossos militantes!

ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me

csm.roraima@gmail.com

03 de janeiro de 2025 / n° 93



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



ppri4.org



PPRI.PARTIDO

EUA ATACA VENEZUELA E SEQUESTRA MADURO

***As ações militares configuram um golpe de estado
contra a nação oprimida***

***Os EUA inicia mais uma guerra contra as nações oprimidas
e seus governos que não se submetem a seus ditames***

***Os oprimidos devem responder com a guerra contra EUA por
toda América Latina se de fato querem derrotar o imperialismo***

Na calada da madrugada, EUA atacou a Venezuela destruindo alvos militares e sequestrando o presidente do país, Nicolás Maduro. Trump se orgulhou da ação criminosa afirmando que será julgado por tribunais norte-americanos. Descabeçado, os remanescentes do governo venezuelano declararam estado de Comoção Externa e convocaram a organizar, imediatamente, as massas para a luta armada.

Trump decidiu declarar guerra à Venezuela como fez antes com o Irã. Não é um governo de paz e não acabará com as guerras. Continua e desenvolve seu intervencionismo no terreno do enfrentamento estratégico com a China. O ataque e golpe de estado contra o regime chavista objetiva enfraquecer a China, que tem interesses estratégicos no petróleo e gás do país, e se apropriar de recursos petrolíferos gigantescos que lhe permitam ter melhores condições para travar a guerra comercial e preparar um choque militar contra esse país.

A tendência de uma guerra mundial nasce e se desenvolve, primeiro, através de invasões e ataques em que o imperialismo começa enfraquecendo os apoios políticos e econômicos de suas nações adversárias. Trump é um presidente que expressa esse objetivo

belicista de um setor dos monopólios que empurra a potência estadunidense a travar uma guerra mundial de larga escala. Essa guerra, já começou com a destruição ou tentativas de mudança de regimes no Irã e, agora, na Venezuela. Repete-se o cenário farsesco da invasão ao Panamá para remover Noriega e tomar posse do país.

É um golpe de estado realizado por uma força estrangeira que visa colocar a direita no poder. Mas, isso não será possível sem um apoio militar dos EUA contra as revoltas de setores da população e das milícias e tropas do exército venezuelano que decidam resistir, ainda leais ao governo. Dito de forma mais simples: a transição do regime chavista para um governo pró-imperialista somente será possível com apoio de tropas norte-americanas e com a imposição de um governo preposto a dedo pelos EUA. Isso não afasta a possibilidade de um acordo entre setores chavistas com os EUA, mas a farsesca "redemocratização" almejada pelo imperialismo e a oposição entreguista só será possível com a violação do direito de as próprias massas venezuelanas decidirem o destino de seu governo e de seu país.

Ficou claramente exposto que o objetivo de combater o "narcotráfico" foi uma cortina de fumaça para derru-

bar seu governo pela via de uma ação militar golpista. Não houve respostas do regime nacionalista-burguês às provocações orquestradas pelos EUA contra lanchas no Mar do Caribe. Eis porque é uma possibilidade que desde dentro do regime tenha ocorrido uma traição e uma negociação para facilitar a captura e sequestro de Maduro. Mas, não é com especulações que se deve traçar uma defesa principista da tática marxista-leninista-trotskista da nação oprimida. Qualquer que sejam as circunstâncias, não há como negar-se a apoiar o governo da nação oprimida sob ataque. Não muda, portanto, o princípio leninista de estar do lado da nação oprimida e do governo nacionalista sob ataque do imperialismo. Não há separação entre governo e nação oprimida no que diz respeito ao golpe norte-americano. O governo nacionalista-burguês chavista não é uma imposição externa, e sim expressão política da nação oprimida. Se negar a estar do lado do governo e combater ao imperialismo junto deste, sem se subordinar a sua política e programa, é um crime político e uma traição contra a nação oprimida.

As instituições democráticas, o direito internacional e os organismos internacionais são uma casca oca que nada farão. A ONU e o Conselho de

→ Segurança são impotentes para julgar a ilegitimidade das ações dos EUA. O mesmo se verifica com a Palestina, que será colonizada com aval da ONU pelos EUA. As massas devem só confiar em suas próprias forças e métodos. Enquanto isso, nenhum direito político ou democrático deve ser confiado a quem de forma direta ou indireta age como fantoche do imperialismo.

Como afirmamos em nosso Manifesto nº 88 (novembro de 2025), *“Nos fatos, os EUA declararam a guerra à Venezuela sem a formalidade de uma declaração pública”*. As massas venezuelanas e de toda América Latina devem declarar guerra ao imperialismo, atacando seus interesses em todos os países. Imediatamente, o governo venezuelano, se não pretende capitular, deve tomar como reféns e destruir qualquer setor interno que tenha servido ao golpe estrangeiro. Deve ainda tomar posse e expropriar sem qualquer indenização às empresas norte-americanas que ainda estão em território do país. Ocupar embaixadas e locais de propriedade dos EUA, tomar os diplomatas e empresários e cidadãos norte-americanos como reféns. A oposição direitista deve ser esmagada e sua cúpula tomada de reféns. Os explorados e oprimidos do país devem tomar à frente das medidas do armamento popular e convocar os sindicatos, organizações e partidos dispostos a se unirem em combate ao imperialismo. Se o governo não tomar as medidas de retaliação e de guerra necessárias, que o façam as massas para defender a nação! Para isso, deveriam ser organizados e postos de pé os Tribunais Populares, e os sindicatos e organizações populares se armar e formar suas próprias milícias sob controle de suas organizações.

É necessário ainda denunciar como cúmplices dos EUA os partidos e as correntes que fizeram coro com o imperialismo afirmando que houve fraude nas eleições gerais. A campanha imperialista para desacreditar as eleições gerais criou as condições para a ação gangsteril e unilateral de remoção de Maduro do poder por meio de um ataque e sequestro. Sobre tudo, é necessário afirmar: não apoiar o governo da nação oprimida que sofre um ataque direto do imperialismo é canalhice e

crime político. É necessário denunciar também às burocracias herdeiras do estalinismo dos estados operários gerados da Rússia e China por não utilizar seu poderio militar para expulsar os barcos norte-americanos das costas marítimas venezuelanas, e dar todo seu apoio ao governo e as massas em seus ataques contra empresas, funcionários e diplomatas norte-americanos. Se não o fizerem, carregarão em suas costas mais uma traição contra as nações oprimidas. Infelizmente, isso é que provavelmente acontecerá, uma vez que sempre tentam negociar com o imperialismo.

O maior problema atualmente para uma vitória contra a reação interna e externa é a profunda divisão das massas venezuelanas. Se de um lado *“Dezenas de milhões de venezuelanos se acham dispostos a estar do lado do governo e combater e resistir qualquer ação imperialista em defesa de sua nação. Certo é também, que milhões de venezuelanos têm ilusões na possibilidade de enriquecer ou garantir suas condições de vida individualmente atordoados pelas ilusões de ascensão social que lhes promete a “democracia” ditada pelo imperialismo, de forma que estão dispostos a entregar de bandeja a soberania e riquezas do país para alcançar esse objetivo”*. E logo: *“Por baixo das máscaras políticas e da retórica da qual se servem essas forças, acha-se o choque da nação oprimida contra seus opressores”*. Portanto, *“Os marxistas têm o dever (e obrigação) de se apoiar na fração das massas que encarnam a defesa da nação oprimida e apoiar resolutamente medidas de armamento dessas”*. Assim, devem exigir *“que a direção política e comando militar das milícias devem passar às mãos das organizações de massas”* visando deste modo as constituir em *“uma força social capaz de defender a nação contra o imperialismo - sem se submeter ao controle e comando da burguesia e seu estado”*. Deve-se educar *“o proletariado, os camponeses e demais oprimidos a confiar apenas em suas forças e organizações, preparando condições para que a derrota do imperialismo abra caminho à estratégia proletária”* pela tomada do poder das mãos do nacionalismo-burguês impotente e fracassado.

Independentemente de haver ou não ajuda de um setor interno do go-

verno ao ataque dos EUA, o que ainda não sabemos, os marxistas não se podem afastar um milímetro da posição de defesa do governo e de combater a seu lado contra o imperialismo e seus agentes internos. Essa posição corresponde ao real conteúdo da tática leninista de apoio incondicional à luta da nação oprimida e seu direito a decidir por si mesmas o destino de sua nação e de seu governo. Mas, essa tática e princípio somente pode ser erguida, defendida e desenvolvida consequentemente pelas massas dirigidas por um partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista, que se manifesta como uma tarefa urgente e insubstituível. No entanto, se a derrota do imperialismo nas atuais circunstâncias é o objetivo principal, e tudo indica que o nacionalismo-burguês fracassará em assumir até o final essa tarefa, então que seja assumida pelas massas armadas, organizadas em seus próprios organismos, travando uma guerra total contra o imperialismo, por meio da Frente única Anti-imperialista sob direção da política e do partido proletário. ●

Que as massas armadas tomem medidas de guerra em todo o território venezuelano contra os interesses norte-americanos presentes no país! Pela imediata prisão e julgamento da oposição venezuelana por meio dos Tribunais Populares! Pela ocupação das empresas dos EUA e que todos os funcionários dessas e da embaixada sejam tomadas reféns pelas milícias operárias e populares! Erguer a Frente Única Anti-imperialista sob direção do proletariado! Combater junto do governo nacionalista-burguês contra o imperialismo!

Venezuela |

Imperialismo ianque dá um golpe na Venezuela enquanto **centristas condenam o governo chavista**

É necessário responder à violência imperialista com a violência revolucionária das massas, visando a autodeterminação dos povos e avançando na luta anti-imperialista

Trump e os demais governos norte-americanos tentaram, ao longo de anos, intervir na Venezuela atrás das maiores reservas comprovadas de petróleo do planeta, que, segundo a pró-imperialista e opositora de Maduro, María Corina Machado, os mais de 300 bilhões de barris podem valer cerca de US\$1,7 trilhão. O próprio Trump deixou claro que seu objetivo é controlar a produção de petróleo venezuelano, que deve ficar nas mãos dos EUA. Para isso, se propõe governar o país desde fora, impondo sanções e intervindo militarmente. É nesse quadro em que os planos colonialistas dos EUA ficaram claros, que se deve avaliar qual a política proletária e, sobretudo, as das correntes que se dizem clssistas, socialistas e marxistas.

AS RAÍZES OBJETIVAS DO INTERVENCIONISMO DOS EUA CONTRA A NAÇÃO OPRIMIDA

Desde a ascensão de Hugo Chávez à presidência, em 1999, com a implementação de políticas nacionalistas-burguesas, e a manutenção dessas políticas pelo sucessor Maduro, ainda que mais fragilizadas, o regime nacionalista-burguês se distanciou das políticas abertamente pró-imperialistas e conseguiram apoio ocasional e circunstancial das burocracias restauracionistas da Rússia e da China, que se tornaram importantes parceiros comerciais e detentores da dívida venezuelana (em especial a China).

As diversas tentativas de golpes externos, ou promovidos ou com amplo apoio dos imperialistas norte-americanos, passam desde o governo de 24 horas de Pedro Carmona (2002), presidente da organização empresarial venezuelana (Fedecámaras) que destituiu o Congresso e Chávez; o apoio ao autoproclamado presidente Juan Guaidó (2019) que pretendeu governar o país desde o exterior; o desembarque do grupo de ex-soldados das Forças Especiais dos Estados Unidos para tentar sequestrar Maduro em 2020, na chamada “Operação Gideon”, entre diversas outras.

O governo chavista nunca foi capaz de romper completamente com o imperialismo, uma vez que sua política, mesmo que com ares anti-imperialistas, não passa de uma variante da manutenção da ditadura de classes da burguesia. Assim, as empresas mistas de exploração de petróleo venezuelano, como a Petroindpendencia S.A., e as multinacionais, como a Chevron, continuaram a obter volumosos lucros para as frações da burguesia nacional daquele país e da burguesia imperialista, ainda que com certas limitações da Lei de Hidrocarbonetos de 2007, que impôs o pagamento de 33% de royalties para a PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A, empresa estatal) e 50% de imposto de renda para o Estado. Na época da promulgação desta lei, as gigantes americanas ConocoPhillips e Exxon Mobil se recusaram às condições impostas

e foram expropriadas, sendo que as indenizações de US\$8,7 bilhões e US\$1,6 bilhões (respectivamente) foram parcialmente pagas.

O solo venezuelano também possui quantidades significativas de minerais essenciais para as indústrias de alta tecnologia e bélica, como terras raras, bauxita, coltão, diamante, ouro, entre outros. Está aí a raiz objetiva do bloqueio econômico imperialista à Venezuela, e seu apoio à oposição direitista e golpista, que não passou de um títere dos EUA em seu objetivo de tomar posse colonial de seus recursos. Nunca foi pela questão abstrata da democracia, e sim do objetivo imperialista de controlar completamente a extração e produção dessas riquezas. Sendo o regime chavista um obstáculo a esse objetivo, já desde a ascensão de Chávez, trabalhou pela sua derrubada. Esse é o percurso histórico sintético do que levou ao ataque militar e ao virtual golpe de estado realizado pelos EUA contra o governo de Nicolás Maduro.

O GOLPE IMPERIALISTA DE 3 DE JANEIRO DE 2026

Em sua campanha para retornar à Casa Branca, Trump demonstrava que atenderia os interesses da burguesia ianque em penetrar na Venezuela atrás de suas reservas petrolíferas, que representam 17% de todas as reservas conhecidas no mundo. Trata-se também de um desdobramento da guerra comercial entre EUA e China, já que o país lati-



//

...
O solo venezuelano também possui quantidades significativas de minerais essenciais para as indústrias de alta tecnologia e bélica, como terras raras, bauxita, coltão, diamante, ouro, entre outros. **Está aí a raiz objetiva do bloqueio econômico imperialista à Venezuela, e seu apoio à oposição direitista e golpista, que não passou de um títere dos EUA em seu objetivo de tomar posse colonial de seus recursos.**

Nunca foi pela questão abstrata da democracia, e sim do objetivo imperialista de controlar completamente a extração e produção dessas riquezas.



→ no-americano é dependente da exportação de hidrocarbonetos (88% da receita das exportações) e conta com o mercado asiático como o seu grande cliente, em especial o mercado chinês, que representa 80% de suas exportações de petróleo.

O ataque militar do imperialismo ianque em solo venezuelano no dia 03 de janeiro, que deixou ao menos 100 mortos, e que sequestrou o presidente Maduro e sua esposa, representa um golpe de estado cirurgico realizado pelo imperialismo para destituir um presidente que não se alinhava perfeitamente aos interesses da burguesia dos EUA, e assim obrigar ao regime a se subordinar a seus ditames

Rapidamente, Trump declarou que os norte-americanos irão governar a Venezuela de forma “interina”, e correu para abrir as portas às petroleiras norte-americanas que “começarão” a atuar e estarão “fortemente envolvidas” na indústria petrolífera. Logo, ficou visível até para quem estava de olhos fechados, que todo o discurso construído ao decorrer de 2025 sobre um suposto combate ao narcotráfico se escancarou como uma falácia para justificar o golpe externo na Venezuela. O Tribunal que realiza a farsa de julgamento contra Maduro descartou os cargos de narcoterrorismo por conta do suposto “Cartel dos Soles” ser uma invencionice. O presidente dos EUA ainda requeitou a Doutrina Monroe abertamente, que tinha o lema “*América para os americanos*”, demonstrando claramente que pretende manter e ampliar a influência sobre a América Latina e realizar mais intervenções militares contra outros países.

Os imperialistas norte-americanos, correndo con-

tra sua desindustrialização e a perda de sua hegemonia econômica, agora se apropriaram por meio da força militar e da ruptura de todos os pressupostos do direito burguês internacional, de recursos valiosos para o setor de energia (petróleo e derivados), para a indústria de alta tecnologia e bélica (minerais diversos, incluindo as chamadas terras raras). Mesmo já declarando que não irá cortar as exportações de petróleo da Venezuela à China, Trump e os ianques, diz Trump, estarão com o controle direto das maiores reservas de hidrocarbonetos do mundo e as irão vender segundo seus interesses. Os EUA ainda possuem acesso às imensas reservas de outros países, que estão mais ou menos alinhados aos interesses da burguesia imperialista norte-americana, como Arábia Saudita, Canadá, Iraque, Emirados Árabes Unidos, e o próprio Brasil.

GOVERNOS BURGUESES DE LULA E DA AMÉRICA SÃO INCAPAZES DE SE CHOCAREM COM OS INTERESSES IMPERIALISTAS EM DEFESA DAS NAÇÕES OPRIMIDAS

Lula se preocupou em “condenar” a “ação” dos EUA, propagandeando o multilateralismo contra o “unilateralismo” pela força. Ainda, para ele, a “afronta” à soberania da Venezuela deve ser respondida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Já vimos recentemente que a própria ONU não apenas resolveu não interferir em Gaza, como “legalizou” a colonização da Palestina pelos EUA e Israel. Na prática, Lula joga para um organismo imperialista para combater a intervenção, mas

queque deixará fazer aos EUA a seu bel-prazer.

Algumas posturas e discursos de Lula até podem parecer progressistas, como quando não assinou a nota do Mercosul que pedia a “retomada da democracia” na Venezuela pelo texto não citar as “interferências externas”. Mas, assim como foi com o estado genocida de Israel, Lula não pretende romper relações diplomáticas e comerciais com os golpistas ianques, ou mover uma palha em defesa da soberania nacional venezuelana. Ao contrário, as recentes negociações entre Lula e Trump se manterão de pé para entrega de recursos naturais, assim como as políticas pró-imperialistas do petista, como as privatizações, Arcabouço Fiscal, pagamento da dívida pública, etc.

Em ano de pleito eleitoral, Lula e o PT irão tentar se aproveitar de toda e qualquer situação para se promover eleitoralmente, como fizeram com o chamado “tarifaço”, quando começou a defender “soberania nacional” ao mesmo tempo em que privatiza rodovias, hidrovias, estatais (CBTU, Trensurb, etc.), sobretudo entregando-os nas mãos do grande capital internacional.

Os demais governos burgueses da América Latina que se pronunciaram criticando o golpe ianque na Venezuela, pouco ou nada fizeram mais do que se pronunciar. Gustavo Petro anunciou que movimentou a “força pública” para a fronteira entre a também ameaçada Colômbia e a Venezuela, mas apenas para receber possíveis refugiados já em território colombiano. Para ser verdadeiramente consequente contra as ameaças que recebeu de Trump, e do fato que a luta contra o narcotráfico deixou ser claro

ser apenas uma farsa para intervir nos países, o governo colombiano devia expulsar de seu país às agências norte-americanas, expulsar seus diplomatas, fechar suas embaixadas e consulados, e rasgar os acordos com os EUA sobre narcotráfico.

A POSIÇÃO DOS QUE SE REIVINDICAM DO MARXISMO DEVE SER CLARA E CONSEQUENTE EM COMBATE AO IMPERIALISMO JUNTO DO GOVERNO SOB ATAQUE DIRETO DOS EUA

Certamente, Nicolás Maduro não representa a transição para o “socialismo bolivariano”, e nem uma via para a luta anti-imperialista. Contudo, o chavismo, uma variante no nacionalismo burguês, ainda que consideravelmente fragilizado se comparado à época de Hugo Chávez, impôs limitações ao imperialismo estadunidense dentro das fronteiras venezuelanas, atacou seus interesses comerciais dentro do país e manteve-se no poder. No momento em que os EUA se prepara uma ofensiva belicista em escala planetária, as vias de remoção eleitoral do chavismo e os golpes internos foram trocados pelo intervencionismo direto e o roubo de suas riquezas naturais. O bloqueio econômico, medida típica da guerra comercial, deu passagem à intervenção militar e uma ofensiva colonial para a tomada de posse do país pela força direta.

Os centristas e reformistas de toda a América Latina se bem denunciavam o imperialismo e defendem sua derrota, inclusive a libertação e retorno de Maduro e Fores à Venezuela, negam-se a combater ao lado do chavismo contra o imperialismo. Assim, correram para estampar suas políticas de “nem-nem”:

continua →

1. “ONU “legaliza” a colonização da Palestina e normaliza o holocausto palestino” - Pág. 22 do jornal O Internacionalista nº 34 (dezembro de 2025).

→ nem Trump, nem Maduro. Condenam o presidente venezuelano por ser um “ditador”, portanto, se alinham ao discurso imperialista de eleições fraudulentas e, na prática, defendem a democracia burguesa como um fim em si quando essa “democracia” foi rasgada pela burguesia mundial. Nos fatos, se colocam na trincheira do imperialismo contra a nação oprimida.

Diante da agressão de um país imperialista contra uma semicolônia, para os marxistas pouco importa na conjuntura de ataque à nação oprimida um resultado das eleições para gerir um estado burguês. Importa compreender que o governo chavista, no caso, é uma expressão política burguesa da revolta da nação

oprimida contra a opressão imperialista e os governos entreguistas. O marco da ascensão do chavismo foi o Caracaço que derrubou os governos pró-imperialistas, e abriu passagem à ascensão do nacionalismo-burguês – estando ausente a direção revolucionária do proletariado.

Essa avaliação é necessária para os marxistas colocarem no primeiro plano a derrota dos EUA, uma vez que sua vitória sobre a Venezuela representará o fortalecimento do imperialismo, enquanto sua derrota representaria o enfraquecimento do imperialismo, ainda que pontual, e uma via para que avance a luta das massas e se projete a política revolucionária. Está aí o porquê combater Maduro, ou qual-

quer governante que circunstancialmente se choque com o imperialismo, significa defender os interesses imperialistas e trair à nação oprimida. E isto não significa se submeter à política nacionalista fracassada, e nem se subordinar ao regime chavista. Significa combater junto dele enquanto se choca com o imperialismo, desenvolvendo a política de independência de classe que, chegado o momento, ajustará as contas com esse governo burguês.

Está aí o fundamento de combater conjuntamente junto do governo contra o imperialismo, sem que os marxistas se subordinem ao governo burguês (esta é a posição do revisionismo contrarrevolucionário das correntes e partidos refor-

mistas e stalinistas), mas, ao contrário, apoiar a fração das massas que encarnam a defesa da nação oprimida e, nesse sentido, estar ao lado do governo contra os EUA, exigindo e apoiando o seu armamento, inicialmente contra a nação opressora, atuando com demais setores das massas em uma frente única anti-imperialista; e, posteriormente, contra seu governo e sua burguesia.

As massas, armadas também com o programa marxista-leninista-trotskista da autodeterminação nacional baseada na ação direta das massas, abrirão caminho à revolução proletária e a instauração de um governo operário e camponês, expresso pela ditadura do proletariado. ●

■ Irã | **O imperialismo prepara uma nova intervenção**

Após a Venezuela, Irã é alvo das ameaças dos EUA

 Após o ataque contra a Venezuela, o imperialismo se prepara para justificar mais um ataque contra o Irã. Se o objetivo na Venezuela foi tentar decapitar o governo nacionalista-burguês, procurando obrigá-lo a negociar em termos desvantajosos para a nação oprimida, e, sobretudo, atingir a China (principal consumidora do petróleo pesado barato venezuelano). Se o ataque contra a Venezuela visa o enfraquecimento logístico do estado operário degenerado chinês, um possível novo ataque contra o Irã tem o mesmo objetivo estratégico, uma vez que se trata de outra nação provedora de petróleo para a China.

Após a guerra dos doze dias do sionismo-imperialismo de junho do ano passado contra o Irã, vem se preparando uma nova ação militar contra o regime iraniano. Desta vez, a justificativa seria a da defesa dos manifestantes que tomaram as ruas do país por conta da crise econômica e contra a depreciação da moeda, que elevou rapidamente os preços dos produtos de consumo básico. Trump alertou ao governo iraniano que em caso de mortes entre os manifestantes, atacaria militarmente o país. Se na Venezuela a justificativa era

acabar com a inexistente organização narcotraficante “Cartel dos Soles”, da qual Maduro supostamente fazia parte, no Irã se trataria da defesa da liberdade de expressão dos manifestantes. Se bem os protestos tem por base material objetiva uma crise econômica profunda, que afeta as condições de vida das massas, essa crise foi criada pelo brutal (e genocida) bloqueio econômico que os EUA e aliados impuseram ao regime nacionalista-burguês há mais de quatro décadas. Mas, o que ficou ainda mais evidente é que a “radicalização” dos protestos (grupos armados assassinaram dezenas de membros das forças de segurança e da polícia iraniana) se ligam aos grupos separatistas apoiados por células de agentes do Mossad israelense e da CIA. A agitação e radicalização dos protestos genuínos das massas por suas condições de vida não correspondem ao avanço da luta de classes sob um programa de reivindicações, e sim à ação de desestabilização do imperialismo e aliados. Esse roteiro se repete em todas as geografias: desde a Europa (Georgia, Sérvia e Ucrânia em 2014 etc.) até a Ásia (Síria).

Entre a ofensiva imperialista e o agravamento da crise econômica, o re-

gime teocrático ensaia uma limitada resposta, garantindo limitados direitos civis, a exemplo da retirada da obrigação das mulheres se cobrirem o pelo e o rosto. Mas, pela natureza burguesa e reacionária do regime nacionalista-burguês de formas teocráticas, não poderá além de medidas cosméticas e pontuais. Com a grave crise econômica e a nova conjuntura mundial marcada pela ofensiva belicista dos EUA, o regime iraniano terá de resistir pela sua sobrevivência. Se de um lado, o ataque sionista-imperialista que revelou a necessidade de outorgar mínimas concessões às massas e “abrandar” as rédeas autoritárias e religiosas (sob ameaça de sua destruição pela intervenção externa combinada à revolta das massas); de outro, não há como a burguesia e a casta teocrática-militar sobreviver sem centralizar autoritariamente o país.

As massas que se levantam impulsionadas pelo descenso rápido de suas condições de vida estão sendo utilizadas de base de manobra por agrupamentos sectários e agentes externos, visando a derrubada do regime e, portanto, destruição da limitada soberania nacional conquistada com a revolução de 1979. A democracia e os direitos que erguem as ↑

→ potências imperialistas e seus vassalos é a cobertura ideológica farsesca da qual se provêm os monopólios e a burguesia financeira para agitar a revolta objetiva das massas contra a crise para fins contrários a seus interesses de classe e à nação oprimida. São os mesmos “democratas” que lucram com o sangue, o genocídio e a limpeza étnica da Palestina. A defesa das “liberdades democráticas”, dos direitos civis e à livre expressão e manifestação servem a esses agentes e agrupamentos para abrir caminho ao saque das riquezas naturais e dos recursos do país e criar uma nova base militar imperialista na Ásia contra a China.

Isso não significa dar às costas às necessidades das massas ou se negar a organizá-las de forma independente por trás de um programa comum de reivindicações. Mas, obriga à vanguarda com consciência de classe a alertá-las que sem sua direção e estratégia revolucionária, poderão acabar servindo aos genocidas e carneiros imperialistas. É dever dos marxistas aprender das lições trazidas pelo golpe imperialista de Maidan na Ucrânia em 2014 e da derrubada contrarrevolucionária de Gaddafi, na Líbia, e de Al-Assad, na Síria. Qualquer apoio objetivo à ofensiva medidas imperialista-sionista, é um crime contra a nação e as massas oprimidas. O que não significa apoiar a política e os métodos do nacionalismo-burguês teocrático islâmico. Está aí porque se se realiza uma nova ação intervencionista do imperialismo e

do sionismo contra o Irã, o dever dos revolucionários é (imediatamente) defender a nação oprimida ao lado conjuntamente do governo pela sua derrota. E caso os agrupamentos e agentes continem sua ação de desestabilização, organizar a autodefesa das massas para reprimi-los.

Essa explicação nos é necessária para colocar a importância que tem a tática leninista do princípio irrenunciável dos marxistas-leninistas-trotskistas de estar sempre ao lado da nação oprimida e, nesse estrito sentido, do governo que se deram as massas em sua luta revolucionária contra a opressão imperialista. É combatendo junto das massas contra seu principal inimigo que a vanguarda marxista se ganhará o direito a dirigir o proletariado e demais oprimidos erguendo a Frente Única Anti-imperialista que, conjuntamente, poderá ser conformada com os elementos do regime ou do governo. Essa possibilidade que o PPRI expressou em seu Programa, demonstra-se completamente justa na atual situação política mundial, sobretudo, após o ataque de 3 de janeiro contra a Venezuela.

O essencial à tática e estratégia proletária na atual situação reside em compreender que a mudança do regime teocrático no Irã – assim como a subordinação do chavismo por meio de um golpe de estado e intervenção militar – é mais um elo no objetivo do imperialismo de controlar a produção e refino de petróleo, manter o dólar como instrumento de coerção financeira (se

as maiores reservas mundiais são controladas pelos EUA, o dólar frearia seu declínio) e, especialmente, impedir que a China se fortaleça ao enfraquecer ou cortar suas rotas logísticas de abastecimento. Está mais do que claro que o imperialismo nunca abandonou seu objetivo de destruir a propriedade nacionalizada pela revolução proletária e derrubar a burocracia filo-stalinista, transformando a China (e Rússia) em semicolônia.

Ao apresentar e defender a Frente Única Anti-imperialista – baseada no armamento geral das massas sob controle de seus organismos próprios – nos colocamos não apenas na trincheira da nação oprimida como, ao mesmo tempo, na defesa da principal conquista revolucionária do proletariado chinês (e russo): a propriedade nacionalizada pela revolução contra a ameaça de sua destruição pelo imperialismo. Fazemos isto inclusive contra a própria burocracia restauracionista e o regime teocrático que são incapazes de desenvolver a luta anti-imperialista e anticapitalista até sua conclusão revolucionária.

A tática e política marxista-leninista-trotskista são condicionadas pelos métodos e a estratégia da revolução e ditadura proletárias que tem por fundamento o programa da revolução social nos países capitalistas e da revolução política nos estados operários degenerados na atual conjuntura em que o capitalismo apodrece, ameaçando afundar a humanidade na barbárie de uma nova guerra mundial. ●

Chile | Eleições – Pinochetismo vence no segundo turno

O pinochetismo retorna ao poder do Estado pela via da democracia formal burguesa

Aguarda às massas um avanço às contrarreformas, ao entreguismo e à violência reacionária contra suas organizações e lutas. É com o programa e os métodos da luta de classes que terão de enfrentar o governo ultradireitista e romper com os partidos democratizantes traidores.

O ultradireitista José Antonio Kast (58,2%) se impôs sobre a estalinista Jeannette Jara (41,8%), no segundo turno das eleições gerais. A vitória do fascista Kast teve por precedente seu abandono da *União Democrática Independente* (UDI), partido institucional do pinochetismo (em referência ao ditador militar Augusto Pinochet), acusando suas lideranças de

abandonar o programa pinochetista, e se acomodar a uma linguagem mais “moderada”. Formada a legenda *Ação Republicana*, e em 2019 o *Partido Republicano*, Kast assume a presidência com a política e programa históricos da UDI.

A árvore genealógica do novo presidente deixa clara sua filiação ideológica. Seu pai, Michael Kast, foi soldado da Alemanha nazista e filiado ao Par-

tido Nacional-socialista dos Trabalhadores Alemães. A família Kast apoiou a ditadura pinochetista e tinham vínculos com a Central Nacional de Informações (CIN), que serviu de referência para a organização dos grupos parapolíciais nos quais a família Kast participava, cometendo violações aos direitos humanos e participando em desaparecimentos forçados. Seu

continua | →

→ irmão mais velho, Miguel, foi ministro da Oficina de Planificação Nacional (ODEPLAN) durante o regime militar, onde agiu ativamente para desenhar e aplicar as medidas neoliberais da ditadura, firmando os planos de desmantelamento das conquistas sociais e trabalhistas do governo do “socialista” Allende.

Kast é orgulhoso de suas raízes. Sendo deputado, se opôs à ampliação dos direitos civis e trabalhistas. Durante sua anterior campanha eleitoral (quando fora derrotado pela Frente Ampla que conduziu Boric à presidência) contou com apoio de militares e familiares de condenados por terrorismo de Estado, reivindicou a ditadura genocida e disse que, sendo presidente, iria indultar todos os condenados por sequestro, torturas e desaparecimento forçado durante o regime militar de 1973-1989.

Seu programa de governo é de continuidade do pinochetismo: centralização autoritária do estado e das relações entre as classes com o recurso das forças armadas; desregulação completa da economia e privatizações da totalidade dos serviços públicos e sociais; contrarreformas trabalhistas mais violentas; legislação civil reacionária sobre a família e matrimônios, além da proibição do aborto; violento ajuste fiscal, reforma fiscal favorável às grandes fortunas etc. Certo é que essas medidas terão ainda de ser negociadas uma vez que sua vitória não lhe garantiu maioria parlamentar. Terá ainda que negociar com as legendas de direita concorrentes nas eleições e garantidoras de sua vitória. Eis porque na sua primeira coletiva de imprensa, Kast disse ser respeitoso das instituições, indicando sua disposição às negociações com as frações da direita mais liberais. Entretanto, seu programa de governo claramente limita e condi-

ciona as negociações, obrigando-o a avançar na centralização autoritária das ações do governo e dar passos ainda mais decididos na militarização das relações entre assalariados e patrões.

A ultradireita é fortalecida ao recorrer à alternância no poder pela via eleitoral. Essa tendência verifica-se por toda América Latina perante o fracasso completo dos partidos reformistas e liberais em garantir as mínimas condições de vida das massas. A desagregação acelerada do país, em meio à decomposição geral do capitalismo mundial, acabou atingindo a estabilidade relativa e a contenção do conflito social com migalhas que estiveram na base de mais de 30 anos de governo da “concertação” (coalizão de partidos liberais, reformistas, estalinistas e social-cristãos). É parte desse processo a derrota política imposta às massas protagonistas da insurreição espontânea de 2019, que, lhe faltando sua direção revolucionária, seria desviada pela via da Constituinte de reformar legalmente a estrutura herdada pela ditadura, mas que acabou em fracasso deixando em pé a Constituição pinochetista.

É com essa velha Constituição e sua base “legal” que Kast poderá avançar em seus ataques reacionários contra as massas e retomar a via da centralização violenta das relações sociais. E fará isto no primeiro momento se apoiando na “legitimidade” obtida pela democracia formal. Aproveitando demagogicamente no descontentamento das massas com os governos ditos populares, a direita cresce e se fortalece, refletindo o desespero de setores dos assalariados e da pequena burguesia arruinada, sedentos por soluções imediatas para se defenderem da decomposição social. Isso explica por que, apesar de Jara obter 500 mil votos a mais que Boric, a lei de obrigatoriedade do voto (que aumentou em 50% o número de votantes em relação às eleições de 2021) favoreceu à ultradireita, vencedora as eleições com maior quantidade de votos da história, e o pinochetismo retorna ao poder se servindo da democracia formal.

O principal fator histórico dessa mudança foi, sem dúvida, a derrota dos objetivos que levaram as massas a se revoltarem em 2019, graças à intervenção do reformismo e da direita liberal em defesa das instituições e estado de direito burguês. Após traí-las, agora pretendem fazer uma “oposi-

ção responsável” e consensuada com o governo reacionário, chauvinista e fascista. Para a vanguarda com consciência de classe, o resultado eleitoral permite demonstrar prática e concretamente aos explorados que as instituições democráticas e os métodos da democracia formal burguesa não são um empecilho ao avanço da ultradireita, e sim um meio de seu fortalecimento e legitimação social. A democracia tem se revelado um instrumento eficaz à reação para se elevar ao poder.

A própria “evolução democratizante” do pinochetismo é um produto histórico e contraditório da decomposição da democracia burguesa, não sua negação. Ora, é provável que a “via democrática ao pinochetismo” possa ter o mesmo destino da “via chilena ao socialismo” de Salvador Allende: ou será derrubada pelo levante revolucionário das massas, ou irá abrir caminho a um governo bonapartista fascista, sobretudo, quando as massas comecem a se chocar com seu governo. Como assinalamos em nosso programa, “a fascistização dos regimes burgueses atinge a todos os países imperialistas e semicolônias, sob formas e ritmos diferentes”. E ainda: “fascismo e parlamentarismo são dois regimes de governo burgueses. Não há contradição quanto a seu conteúdo de classe, mas sim quanto às combinações de classe em que se apoiam e aos métodos para conter a luta de classes”. Está aí porque “O fascismo surge do parlamentarismo e da democracia burguesa, mas prescinde desses quando a luta de classes ameaça a dominação da burguesia”.

É essa “evolução” para a qual se devem preparar desde agora as massas, o que lhes exigirá construir sua direção revolucionária conquistando sua independência. Enfim, “A luta contra a direita e as tendências fascistas da burguesia somente pode ser travada com os métodos da luta de classes. A revolução proletária é o meio para libertar as forças produtivas da camisa de força do capitalismo decadente, derrotar as tendências fascistas, e pôr fim às guerras e a toda forma de opressão”. Nesse sentido, a vanguarda marxista terá de travar a luta ao interior das greves e manifestações, que surgirão contra o avanço reacionário do governo, para dessa forma reorganizar as massas oprimidas sob as bandeiras e métodos históricos da luta de classes. ●

FOLHETO

Inviabilidade da

DEMOCRACIA BURGUESA

“ Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia ”

Adquirir com nossos militantes!



 Honduras

GOLPE ELEITORAL ORGANIZADO PELOS EUA EM HONDURAS PRETENDE IMPOR NASRY AFURA COMO PRESIDENTE PREPOSTO

 O ultradireitista Nasry “Tito” Afura, do Partido Nacional, foi declarado vencedor e assumirá como novo presidente de Honduras, apesar dos inúmeros (e comprovados) indícios de fraude. Em 30 de outubro, foram realizadas as eleições e, um mês depois, estavam sendo contestadas sob acusação de fraude pelo direitista Salvador Nasralla, ex-aliado da atual presidente Xiomara Castro, que se viu “favorecido” por dezenas de milhares de votos em atas sem validação eleitoral, após um ataque cibernético ao centro de computadores no momento da contagem. A vitória de Afura, nos fatos, já estava decidida pelo imperialismo mesmo antes da recontagem. Trump afirmou que não reconheceria nenhum presidente que não Afura. E se não fosse eleito, iria cortar a ajuda e bloquear o país. O Congresso Nacional aprovou um Decreto do governo que obriga a uma nova recontagem. O que abrirá uma via de choques e confrontos com o governo republicano dos EUA, que após sua ação na Venezuela, acha-se encorajado a impor seus interesses e candidatos com ameaças e medidas de força.

Com o golpe eleitoral, o Partido Nacional (PN) pretendia tomar posse do governo após converter Honduras em um virtual narcoestado. Lembremos que o ex-presidente e dirigente do PN, Juan Orlando Hernández (2014-2022), foi condenado a 45 anos de prisão pelo tráfico de 500 toneladas de cocaína para os EUA. Trump decidiu, dias antes das eleições, o indultar. Sua libertação e “vitória” fraudada de Afura resultaram de um acordo do imperialismo com o PN. Esse iria continuar seus negócios criminosos em troca da submissão completa aos EUA.

Isso se passava no mesmo período de tempo em que Trump utilizava da retórica de combater o “narcoterrorismo” para atacar Venezuela, e mais tarde sequestrar Nicolás Maduro apesar da justiça norte-americana reconhecer a não existência do “Cartel dos Soles” que supostamente integrava Maduro, enquanto Hernández é um narcotraficante processado e condenado. Veja-se que nada importa ao governo norte-americano quando se garante impor governos que lhe permitem fechar o cerco sobre Venezuela, e que junto da

“ocupação” militar virtual do Canal de Panamá, permite à burguesia estadunidense avançar a seu objetivo de fechar à China o acesso ao continente.

Os EUA visaram a dar mais um golpe de estado no continente, desta vez pela via eleitoral, objetivando impor um governo alinhado completamente a seus objetivos. O essencial para a política e tática revolucionárias nesta situação é denunciar a democracia formal como um instrumento do qual se vale o imperialismo, com fraude ou sem fraude, para impor governos títeres por toda América Latina. No momento em que o imperialismo reconhece abertamente que intervirá em qualquer país para impor seus interesses, defender a democracia e instituições da burguesia é uma armadilha que somente servirá para iludir às massas e dar via livre ao imperialismo para fazer o que quiser. Veja-se que a via eleitoral para avançar em uma “segunda independência”, como fora almejado por Manuel Zelaya (derrubado por um golpe militar organizado e financiado pelos EUA), demonstrou-se fracassada.

No momento em que o fracassado nacionalismo-burguês chavista se encontra assediado e atacado pelo imperialismo, e que Afura pretende ser imposto como presidente de Honduras pela via de um golpe eleitoral, a democracia burguesa demonstrou-se uma armadilha à qual são arrastadas as massas por estar ausente sua direção revolucionária. A constituição do partido revolucionário no país, e a reconstrução da direção mundial da revolução socialista, se erguem como uma tarefa impostergável e urgente.

Só pela via revolucionária, da organização do proletariado nacional como caudilho e dirigente da nação oprimida sob o programa e estratégia da revolução e ditadura proletárias, é que se avançará na derrota do imperialismo e na conquista da verdadeira autodeterminação nacional. Conquistando o poder político, o proletariado instaurará a democracia direta dos oprimidos, portanto, sua ditadura de classe contra a burguesia nacional e imperialista, e assim porá o país em favor da corrente histórica iniciada pela Revolução Russa no mundo, e por Cuba no continente. ●

 Inglaterra | **Your Party**

Criado na Inglaterra o partido *Your Party* calcado no eleitoralismo e sobre a base da unidade sem princípios

Em fins de novembro, em Liverpool, realizou-se a Conferência (semipresencial) de formação do novo partido *Your Party* (Seu Partido). Nela, participaram 2,5 mil delegados eleitos por “sorteio” por todo o Reino Unido. Parte dos “delegados” votou virtualmente. As “assembleias regionais” convocadas para discutir sua formação não puderam eleger seus delegados na base de propostas e da disputa programática e política (democracia interna), além de somente poder fazer “propostas” de inclusão ao texto elaborado pelas cúpulas das correntes que convocaram

a Conferência. Ou seja, a Conferência não teve debate interno prévio e nem delimitação de posições e divergências discutidas democraticamente.

A direção dos trabalhos recaiu em duas frações que romperam com o Partido Trabalhista (PT). Os deputados e burocratas da fração de Jeremy Corbyn antes da Conferência expulsaram “via e-mail” vários dirigentes do *Socialist Workers Party* (SWP), propuseram a exclusão de partidos que não aceitassem se dissolver e que se escolhesse a direção de comum acordo entre as correntes - restando aos delegados a

confirmar formalmente. Zarah Sultana, representante da ala mais radicalizada, defendeu a liberdade de organização e ação de partidos ao interior de *Your Party* sob a palavra de ordem da “unidade da esquerda” e exigiu que a Conferência procedesse à eleição coletiva dos cargos de direção.

A disputa entre Jeremy Corbyn e Zarah Sultana expressou o choque entre duas tendências políticas opostas. De um lado, Sultana expressa um setor da base do Partido Trabalhista (PT) que esteve disposta a romper como esse partido e já realizava **continua** →

→ reuniões objetivando formar um novo partido baseado em um programa mais radicalizado (defesa da nacionalização sob controle operário, direitos trabalhistas às minorias e imigrantes, fim do genocídio palestino etc.). Corbyn representa um setor da “velha guarda trabalhista” adepta às negociações com a burguesia, educada na centralização e controle autoritário das bases e que, por muitas décadas, defenderam a política reacionária e os governos antioperários e antipopulares do PT, convertido há um século em um partido da burguesia imperialista inglesa.

A disputa na Conferência foi resolvida em favor de Sultana: por 51,6% dos votos contra 48,4%, a Conferência decidiu pela eleição direta e coletiva da direção. Será formado um Comitê Central Executivo por membros eleitos para cumprir “funções públicas” (da votação foram excluídos deputados) que recairão no presidente, vice-presidente e no porta-voz. Corbyn não apenas foi derrotado em sua manobra como também os parlamentares que o apoiavam ficaram “excluídos” dos cargos executivos.

Na primeira fase da luta interna, Sultana e aliados surgiram vencedores graças ao apoio da maioria da Conferência, expressando assim uma tendência das bases a se negarem a formar um novo partido onde a “velha guarda” traía e pelega tenha maioria. Sem dúvida, a vitória de Sultana (que defende há muito a ruptura com Israel, acusando-o de genocídio) se explica pelo massivo e radicalizado movimento pró-palestino do país e a projeção das tendências previstas, servido de canal ao fortalecimento de sua fração. Corbyn critica o governo Netanyahu, mas nunca afirmou existir um genocídio (culpando também o Hamas) e sempre defendeu o direito de Israel de existir e à sua autodefesa (ou seja, aos massacres).

Nos próximos meses, será apresentado um “manifesto político” de *Your Party*. Entretanto, não passará muito tempo antes da camarilha de Corbyn abrir uma luta interna aparelhista e tentar dar um novo golpe contra a limitada democracia interna e as posições políticas vencedoras. Na medida em que o partido não se constitua na mais ampla democracia interna, na participação das bases na discussão e elaboração da política partidária e não se delimite programaticamente do PT, a “velha guarda” poderá reverter o quadro de derrotas e ir ganhando posições. Paire como uma ameaça a possibilidade de uma ruptura prematura, podendo levar ao aborto da experiência e a

uma nova dispersão da vanguarda.

A divisão entre a esquerda burguesa na formação de *Your Party* é uma manifestação, ainda, de uma tendência presente no estilhaçamento e decomposição dos partidos da ordem burguesa. *Reform UK* nasceu de uma ruptura ao interior do Partido Conservador (torries), extremando suas posições chauvinistas e reacionárias - com fortes traços fascizantes. O que importa desse processo é assinalar que as divisões refletem as divergências e disputas ao interior da burguesia sobre a quais medidas e quais relações (e métodos) devem ser aplicados contra as massas e nações oprimidas para favorecer os negócios da burguesia imperialista. Se Sultana e aliados representam uma tendência de ruptura de bases operárias, assalariadas e da juventude pobre e imigrantes com a política reacionária da burguesia, Corbyn representa a defesa de seus interesses, ainda que acobertadas de um discurso mais progressista.

O certo é que ambas as correntes defendem a democracia formal e regime político burgueses. Nos fatos, não ultrapassam a via da reforma e democratização do estado e das relações econômicas. Basta ver os eixos e princípios gerais adotados como base para seu “programa” (defesa da “redistribuição” da riqueza, “justiça social”, acolhimento e integração plena dos imigrantes etc.) para ter claro que esse é um programa eleitoral para a disputar com *Reform UK* e o *Partido Conservador*, e não para a organização das massas exploradas sob uma bandeira e objetivos revolucionários. É verdade que Sultana chegou a defender a estatização da economia sob controle operário, mas não se refere à revolução proletária e nem ao socialismo, transformando assim a nacionalização e o controle operário em uma medida capaz de ser resolvida eleitoralmente e como “contrapoder” democrático à burguesia.

Para poder sobreviver à luta intestina, ganhar projeção eleitoral e afirmar a pretendida “unidade de esquerda”, o *Your Party* terá de adotar um programa democratizante e defender as reivindicações consideradas possíveis a serem aplicadas por um governo “de esquerda”, surgido das eleições burguesas. Porém, também é provável que antes desse processo culminar acabe sendo despedaçado pelas contradições que não foram resolvidas na Conferência.

Como bem avaliara Lênin no seu “Discurso sobre o ingresso no Partido trabalhista Britânico” (do dia 6 de agosto, no II Congresso da IC), um partido

proletário é definido por “quem o dirige e qual o conteúdo de suas ações e sua tática política”. Somente esse último critério é o que determina seu caráter e conteúdo de classe, e é “o único correto”, afirmou. Por isso é que *Your Party* não nasce como um partido proletário. Não foi um programa, táticas e métodos revolucionários definidos que as unificaram, e sim a crise do governo trabalhista de Starmer e a “unificação” oportunista das alas e correntes trabalhistas para constituir um partido para disputar sua base eleitoral. Assim, oscilará entre posições retóricas radicalizadas e uma política prática centrista - ou abertamente reformista. As experiências recentes de formação de “partidos anticapitalistas” (Syryza na Grécia e NPA na França) reforçam esse prognóstico.

O Psol surgira denunciando a cumplicidade do PT com a contrarreforma previdenciária e reivindicando o socialismo. Acabaram rompendo com todo resquício marxista e revolucionário quando acabaram no campo do governo e subordinados novamente ao PT. Isso sim: construíram um aparelho eleitoral próprio que lhe permitiu à camarilha e correntes centristas que o dirigem acessar a recursos financeiros do fundo eleitoral, bem como criar uma aparelho político-sindical para servir de base a esse eleitoralismo burguês em que afundaram. Sobre tudo, aplica as mesmas práticas e medidas da burocracia petista que favorecem o patronato contra os assalariados nos sindicatos que dirigem. Como podemos ver, sem uma ruptura com o oportunismo e a política burguesa aguardará o *Your Party* um destino semelhante ao do Psol. Essa é uma lei da política e da luta de classes que, infelizmente, recairá com mais força sobre a vanguarda iludida com o novo ensaio democratizante.

A criação de um partido para a disputa eleitoral, por mais radical seja sua retórica, é renegar da construção de partidos de revolucionários profissionais forjados na estratégia, métodos e táticas revolucionárias em oposição a todos os experimentos e combinações oportunistas e eleitorais. A tarefa não é construir “partidos anticapitalistas” nascidos da fusão oportunista de correntes, e sim construir partidos proletários revolucionários que desde o berço reivindiquem a revolução e ditadura proletária, cuja prática e táticas na luta de classes permitam reunir o proletariado sob a bandeira de sua emancipação e libertação enterrando o capitalismo e avançando na transição ao socialismo. ●